



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
COLEGIADO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

THAINÁ SANTANA DOS SANTOS

“NERVOS À FLOR DA PELE”:

Trabalho feminino e sofrimento mental em uma fábrica calçadista no interior da Bahia

CACHOEIRA – BA
2019

THAINÁ SANTANA DOS SANTOS

“NERVOS À FLOR DA PELE”:

Trabalho feminino e sofrimento mental em uma fábrica calçadista no interior da Bahia

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do Grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Bruno José Rodrigues Durães.

CACHOEIRA – BA
2019

THAINÁ SANTANA DOS SANTOS

“NERVOS À FLOR DA PELE”: Trabalho feminino e sofrimento mental em uma fábrica calçadista no interior da Bahia.

Cachoeira – BA, aprovada em 25/07/2018.

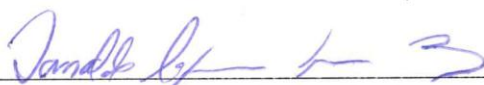
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Bruno José Rodrigues Durães
(Orientador – UFRB)



Prof.^a Dr.^a Rosênária Ferraz de Souza
(Membro Interno – UFRB)



Prof. Mr. Ronaldo Crispim Sena Barros
(Membro Externo)

Para meus avós, Raimunda e Vilarino, (em memória).

À minha mãe e todas as mulheres trabalhadoras que tiveram seus “nervos à flor da pele”.

Agora
não mais os símbolos,
mas o concreto
ferindo minhas mãos
humanas
flor e fruto do tempo.

(Sônia Sampaio)

AGRADECIMENTOS

Esses quatro anos e meio vivendo em Cachoeira resinificaram a minha vida. Nascida e criada em uma cidade do interior baiano, no Vale do Jiquiriçá, me fiz e refiz no recôncavo da Bahia. Posso dizer que foram inúmeras pessoas que me deram a graça de atravessarem minha história neste período. Sou imensamente grata aos ensinamentos que colecionei. Agora, agradeço por terem sonhado comigo, vejo que mais um ciclo se fecha em minha vida, juntos seguiremos.

Agradeço ao recôncavo, território que me acolheu e me permitiu resinificar a minha existência, ao povo e a esta terra, gratidão eterna.

Aos meus pais, Rita Santana e Roque Santana, agradeço pelo zelo, cuidado e todo o amor que me proporcionaram por toda a minha jornada. A inserção e conclusão de uma graduação em uma universidade pública é um grande passo para nossa família. Neste caminho de muitas alegrias e conquistas também permeado de momentos dolorosos, concluimos mais um grande passo em nossa história. Agradeço pelo dom da minha existência, pois se eu sou esta de agora é porque um dia eles optaram por se amar.

Ao meu irmão, Thiago Santos, que nunca se manteve ausente com toda a distância, essa conquista é nossa, irmão, te amo mais que a mim.

Agradeço a toda a minha grande família, primos, primas, tios, tias, espalhados pela Bahia e fora dela, pelo apoio e carinho, amo a cada um.

À minha colega de quarto, amiga e companheira de vida, Renata Teles: fogem as palavras para agradecer. Dos perrengues aos momentos extraordinários que tivemos muito obrigada, vou te amar para sempre. Não somente a ela, mas deixo registrado meu agradecimento a toda família Teles, especialmente a Tia Ângela e Laiane Teles, aquelas que fizeram parte de minha escolha pelo curso de Serviço Social.

Agradeço ao meu orientador Bruno Durães pela paciência, suas preciosas orientações, pela parceria, confiança e compromisso com meu trabalho.

Agradeço a professora Rosenária Ferraz, co-orientadora deste escrito, hoje ousou dizer a quem confio grande amizade, agradeço pelo apoio e profissionalismo. Agradeço por ter contribuído organicamente sob as minhas escolhas, profissionais e acadêmicas, por ter me apresentado ao marxismo, ser continuar sendo um espelho de Assistente Social.

A Haiana Andrade pelo cuidado e gentileza ao me apresentar sua pesquisa, fonte de inspiração para mim, eterna gratidão.

Ao corpo docente do colegiado de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, discentes e egressos, obrigada por tantos saberes compartilhados.

Registro com muito zelo, a minha eterna gratidão à professora Sílvia Pereira, quem me apresentou a Saúde Mental em outra perspectiva, muito obrigada.

Aos meus amigos, sou eternamente grata pelo alento quando estive longe dos meus familiares, nossos corações irmanados estarão sempre juntos.

Muito obrigada à Ediane Santana, grande amiga, irmã e conselheira, obrigada por partilhar a vida comigo em todos esses anos de amizade.

Obrigada as minhas amigas Taylane Nunes e Angélica Souza, grata pela energia que me emanam, por existirem e resistirem junto a mim.

Agradeço aos amigos que construí durante a formação, especialmente a minha dupla/amiga Géssica Maiana, por tudo que passamos juntas e por ter feito parte desse processo de escrita. Sem esquecer as minhas amadas Jaysline Oliveira, Maísa Damasceno, Carina do Vale, Manoela Rocha e meu querido Edmilson Ribeiro, cúmplices de uma belíssima história nesta universidade.

Registro meu obrigado aos meus amigos de longa data Leylla Cintra, Saulo Souza, Jirlane Mércia e Igor Moura. Aos amigos mais recentes, Danilo Cássio e Júnior Lima, também coparticipantes dessa etapa de minha vida.

Agradeço de forma muito especial a “Família The Red”, de fato, somos uma família afetuosa e nossos laços serão para sempre.

Aos meus dois amados amigos e confidentes, Rodrigo Queiroz e Roger San, bem como a minha amiga Geilane Oliveira, estivemos distantes nesse processo, mas não posso deixar de agradecer por terem feito parte dessa etapa de minha vida.

Agradeço pelo “abrigo” afetuoso e cheio de amor nas minhas idas a Cachoeira à Aryelle Miranda, Clícia Carolaine, Zaira Silveira, Wagner Souza, Marta Santos e também Iasmin Tupan, gratidão meus amores. Aquelas quem fiz de seus abraços meu abrigo também registro agradecimento: Lavínia Conceição e Carol Vieira.

Registro agradecimento especial as minhas maiores ouvintes nesse processo de escrita, Camila Vieira, Daniele Sampaio e Jéssica Andrade, agradeço imensamente, deram-me a força que eu precisava para continuar.

Ao meu amigo querido, companheiro de luta e irmão Marcos Oliveira, obrigado por ter me dado tanto suporte. Agradeço a sua família também por todo o afeto. Como também agradeço a Rawlins Rodrigues, pelo carinho, pela amizade, por ter feito parte de minha história.

Sei que os caminhos se abriram e permitiram que encontros ancestrais acontecessem. Deste modo, agradeço ao Movimento Negro Unificado e aos meus irmãos, especialmente ao MNU recôncavo, nós por nós.

Ao Movimento Estudantil de Serviço Social – MESS agradeço profundamente, pela formação política e humana a qual me proporcionou. Ao CASSMAC e ao CASSMAF, em ambas as gestões, penso que ousamos dar nova cara ao MESS na UFRB, agradeço a cada um que construiu as gestões dos respectivos Coletivos Acadêmicos, sem dúvida houve uma significativa contribuição no meu processo formativo.

Obrigada a minha turma, por tudo que aprendi, por tudo que vivemos. Foram quatro anos e meio de intensas descobertas, questionamentos e desconstruções.

Ao CAPS Ana Nery, também presente na escolha do objeto, agradeço pelo desfrute do estágio na minha formação, aos trabalhadores/pacientes do serviço, funcionários e especialmente a minha excelente supervisora, Erika Rio, obrigada.

Aqueles que aqui não citei, obrigada por tudo.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Avanço nos direitos trabalhistas:.....	27
QUADRO 2 - Direito do trabalho da mulher:	34

LISTA DE SIGLAS

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial.

CRH – Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades/Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (UFBA).

GEPM – Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

NATOSS – Grupo de estudos, pesquisa e extensão Natureza, Trabalho, Ontologia e Serviço Social.

OIT – Organização Internacional do Trabalho.

SECOM – Secretária de Comunicação social da Bahia.

RESUMO

Este estudo apresenta algumas características do trabalho feminino no contexto brasileiro atual e suas repercussões nas subjetividades das mulheres. Propõe-se a busca das implicações na saúde mental das trabalhadoras em uma fábrica de calçados no interior da Bahia. Para isto, a pesquisa se ancora por meio de uma perspectiva sócio-histórica da inserção da mulher no mercado de trabalho. A questão que se procurou responder é a seguinte: Qual o impacto da violação de direitos na saúde mental das trabalhadoras em uma fábrica do setor calçadista? Neste itinerário é apresentado o trabalho como operador imprescindível na constituição do sujeito que, no desenvolvimento das forças produtivas, foi reinventado à lógica de um desacerbado processo de intensificação das jornadas de trabalho. Tratar-se-á aqui do papel das trabalhadoras, descrevendo a divisão sexual do trabalho como instrumento da precarização do trabalho. A metodologia que subsidia este escrito é a análise de bibliografias pertinentes que versam sobre a categoria trabalho, a precarização do trabalho e elementos que tocam os avanços dos direitos do trabalho feminino no Brasil, bem como a entrevista qualitativa realizada diretamente com as trabalhadoras. Busca-se nessa investigação, dados qualitativos que abarquem à carga psíquica negativa imposta à mulher trabalhadora desencadeando em sofrimento mental. A insatisfação pelo não atendimento da realização material do labor, por limitações objetivas dos corpos das trabalhadoras, ocasiona, as mesmas, sofrimento. Fator este se justifica pelo excesso de cobranças ou pela carga de pré-conceito e violação de direitos envolvidos no ato laboral. Aqui iremos expor os resultados da pesquisa feita através da análise qualitativa de quatro (04) entrevistas semiestruturadas. Teve por estratégia metodológica a coleta de amostragem por bola de neve-*snowball* para captação das ex-trabalhadoras do setor calçadista no município de Amargosa-Ba. Concluiu-se, a partir de nossas análises, que o trabalho precário ocasiona interferências no campo psíquico, quando as subjetividades humanas são negadas em detrimento da intensificação do trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho; Trabalho Feminino; Sofrimento Mental; Precarização; Gênero.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
2. A CONSTRUÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DA INSERÇÃO DA MULHER NO MUNDO DO TRABALHO	17
2.1 Trabalho como categoria ontológica	19
2.2 Trabalho, questão racial e capitalismo no Brasil	23
2.3 Trabalho feminino e relações de gênero no Brasil	30
3. A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E VIOLAÇÕES DE DIREITOS NO BRASIL	38
3.1 A precarização do trabalho e o cenário brasileiro	38
3.2 Precarização e violações de direitos trabalhistas	42
3.3 Implicações da precarização do trabalho	46
4. ESTUDO DE CASO: COTIDIANO DAS TRABALHADORAS DE UMA FÁBRICA CALÇADISTA NO INTERIOR DA BAHIA	50
4.1 Cotidiano de trabalho em Fábricas Calçadistas	53
4.2 “Nervos a flor da pele”: condições de trabalho no setor calçadista	59
4.3 Trabalho, adoecimento e sofrimento mental entre as trabalhadoras do setor calçadista.....	63
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	72
APÊNDICE I – Roteiro de Entrevista.....	76

INTRODUÇÃO

Nesta íngreme curva de aprendizado que desfrutei e tenho desfrutado na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia foram inúmeros os fatores que fizeram adotar com afinco este objeto para pesquisa. As implicações do trabalho feminino na verdade é uma discussão de elementos teóricos que extrapolam os muros da Universidade, pois carrega consigo um valor muito particular.

Nasci na cidade de Amargosa, no entanto fiz de Cachoeira o meu lar a partir de janeiro de dois mil e quinze. A cidade fica localizada no recôncavo baiano com mais ou menos 164 km de distância em relação a minha cidade de origem. Sou filha de ex-trabalhadora de uma fábrica industrial na cidade onde nasci. Cheguei a Universidade, felizmente, em um curso que era fruto do meu desejo, o curso de Bacharelado em Serviço Social. Nas discussões em sala de aula desmiuçava-se o conteúdo que muito se assemelha a alguns traços da minha história, agora complementados com o aporte teórico.

Como mencionado minha mãe trabalhou doze anos em uma fábrica calçadista na cidade de Amargosa. As longas jornadas de trabalho que ela exercia, por mais danosas que fossem, era o meio possível para sua subsistência, logo também para minha. Compreendo hoje em dia que o trabalho exercido, neste caso, organizou e continua organizando a esfera privada da minha família e - voltando aos teóricos que tive acesso-, corrobora com a reprodução da lógica do modo da produção capitalista. Essa análise só foi possível de ser feita no processo formativo dentro de uma universidade federal e pública com compromisso formativo de seus membros, ainda mais tratando do curso em questão que se funda em um projeto teórico-metodológico guiado pela tradição marxista e pela crítica social.

O nome dado ao trabalho “*Nervos à flor da pele*” tem simbolismo e significado. Por vezes, exaurida da sua árdua rotina de trabalho, minha mãe utilizou desse jargão, “*Nervos à flor da pele*”, para esboçar o seu cansaço. O que floresce é este escrito, afirmando o compromisso político em contar às histórias dessas mulheres.

Em menção a trajetória acadêmica, a minha participação no Grupo de Pesquisa e Estudos NATOSS (coordenado pela professora Rosenária Ferraz da UFRB) foi, sem dúvida, imprescindível para compreender o trabalho em seus mais complexos e intrínsecos signos e à luz dos direitos humanos, pude perceber como as condições de trabalho e suas nuances interferem, objetivamente e subjetivamente, na saúde física e na saúde mental do trabalhador

e da trabalhadora. Também vale ressaltar a contribuição significativa do Grupo de Pesquisa de Estudos Marxistas- GEPM/UFRB, ambos me trouxeram inquietações para nortear minha escolha, e neste percurso tive oportunidade de perceber de forma mais aprofundada o que já me eram sensível aos olhos, maturado e embasado no nível teórico.

A experiência proporcionada em campo de estágio, por sua vez, levantou profundas inquietações para que se justifique essa escolha temática. Feito no espaço sócio-ocupacional, CAPS – Ana Nery (Centro de Atenção Psicossocial) contribuiu para a percepção da grande demanda de trabalhadores e trabalhadoras prejudicados e adoecidos em decorrência do trabalho, recorrendo à unidade para fins de cuidados com sua saúde mental e, principalmente, para requerimento do Auxílio Doença¹, pois sua saúde já não os possibilitava que permanecesse trabalhando.

A escolha também se explica ao reconhecer os problemas que o trabalho precário tem gerado para saúde mental das trabalhadoras, como fruto das horas desgastantes de trabalho, extremamente nocivas aos seus corpos. Nesse caminho, há a recusa de uma análise linear sobre o campo da saúde física e mental. Veremos que não se trata de apenas ausência de doença ou sofrimento mental, mas processos complexos em todos os âmbitos do bem-estar da vida do indivíduo, no nosso caso, prejudicados por proveniência do trabalho. O trabalho aqui, já não se resume em fonte para sua subsistência, caminhará a via de não realização pelos limites do corpo humano, carregando negativamente o psíquico da classe trabalhadora (SOARES, 2006, p.64), pois os trabalhadores e trabalhadoras devido às suas limitações humanas irão se deparar com o descontentamento e insatisfação pelo não cumprimento das demandas impostas pelo capital.

A metodologia utilizada tem por base o levantamento bibliográfico de autores clássicos que abarquem as questões voltadas ao trabalho enquanto categoria da formação do ser social. Quanto ao método de análise destes conceitos norteadores utilizamos o materialismo histórico e dialético, a fim de compreender o trabalho em suas singularidades, particularidades e como uma totalidade em si, mas que também é parte de outras totalidades sociais e culturais. No primeiro capítulo, o percurso se inicia dando privilégio ao debate ontológico da categoria trabalho a partir de George Lukács, acompanhado pelo próprio Karl Marx, para compreender o capital e suas nuances, bem como suas mazelas sociais, laborais e suas contradições

¹ Auxílio doença: benefício assistencial previsto no Instituto Nacional do Seguro Social. Este benefício é assegurado para a pessoa que comprove estar temporariamente incapaz para o trabalho.

irremediáveis. Foram utilizadas às contribuições de Friedrich Engels, sobretudo, para pensarmos como o trabalho transformou o ser humano em ser social.

Por conseguinte, tratamos do capitalismo à brasileira ou da singularidade da formação e desenvolvimento do capitalismo no Brasil, com referências aos momentos históricos que o configuraram, de modo que trouxéssemos a luz alguns autores que trataram da formação histórica do Brasil e da constituição da Sociedade Brasileira. Tratamos do pensamento de Chico de Oliveira, em sua análise da formação do modo de produção capitalista no Brasil e de seu movimento de simbiose entre um modo formal (capitalista e visto como desenvolvido) e um outro mundo tido como arcaico baseado no trabalho informal e similares. Florestan Fernandes também será discutido, principalmente para pensar no que se refere à sociedade de classes e a questão do negro integrado (ou não) a protoforma do modo de produção capitalista e utilizado como elemento de base para acumulação de riquezas, mas que foi também, ao mesmo tempo, excluído dos benefícios do desenvolvimento social e econômico. Trouxemos também Caio Prado Junior, que tratou da Formação do Brasil Contemporâneo e dos caminhos pelos quais o Brasil atravessou para inserção das mulheres dentro do mundo do trabalho. Ademais, o primeiro capítulo se finda com a discussão da divisão sexual do trabalho e de gênero pela perspectiva de Hirata e Kergoat, versando sobre a dupla jornada de trabalho exercida pelas mulheres historicamente. Percorremos, por fim, o debate da discussão de gênero a partir das considerações de Ângela Davis, Bell Hooks e Djamila Ribeiro, situando as distinções que inserem as mulheres negras em detrimento das mulheres brancas, ambas atravessadas pelo machismo e o patriarcado, porém com fatores estruturantes que as diferenciam.

No segundo capítulo partimos para análise da precarização do trabalho, tomamos por base às contribuições da autora Prof.^a Dr.^a Graça Druck, professora aposentada de Sociologia e pesquisadora atuante do CRH/UFBA, compreendendo o processo de precarização do trabalho e o desmantelamento dos direitos como ferramenta imprescindível para a acumulação do capital. Dessa forma, situamos o contexto atual brasileiro, sobretudo nesta década, e as investidas do projeto neoliberal que segue em curso. Também utilizamos da referência ao professor Ricardo Antunes para pensar em quais trabalhadores estamos falando (qual classe trabalhadora hoje) e quais circunstâncias de labor da atualidade. Também trouxemos o sociólogo francês Pierre Bourdieu, tendo como objetivo entender a precarização em pleno desenvolvimento da lógica neoliberal no mundo moderno.

O terceiro capítulo terá como objetivo descrever as repercussões do trabalho precário dentro das fábricas industriais, tendo o setor calçadista no interior baiano como universo de

pesquisa. O município escolhido foi Amargosa, cidade do interior da Bahia, localizada na região do Vale do Jiquiriça, a cerca de 240 km de Salvador. Hoje conta com o número estimado de 37.031 habitantes segundo senso de 2018 do IBGE.

Amargosa no século XIX se mantivera como polo cafeeiro, chegando a ser conhecida como a pequena São Paulo, rainha do café. Em decorrência da Estrada de Ferro de Nazaré, que a travessava a cidade, possibilitava a extração de café, também contribuindo para o fluxo de pessoas e comerciantes na região. Neste mesmo período de ápice econômico, destaca-se também a existência de filiais de comércio Europeu na cidade (ANDRADE, 2017, p. 77). Com o passar dos anos e a quebra da estrada de ferro, a dinâmica econômica da cidade se modifica, dando espaço para a comercialização interna.

Além das justificativas anteriormente mencionadas, vemos a produção de calçados, como campo interessante para análise. A indústria de calçados na Bahia, segundo dados do site oficial da Secretária de Comunicação social da Bahia – Secom (2019), gera 31.000 empregos diretos e indiretos para todo o Estado. Na cidade de Amargosa-BA, a produção calçadista chega a partir da metade da década de 90, desde a implantação da primeira empresa. De acordo com Andrade (2015), em pesquisa desenvolvida no mesmo município, em 2015 chegava a empregar cerca de 672 funcionários, atingindo a produção de 1200 sapatos por dia. Segundo a referida autora, a mesma empresa ficou conhecida pelo trabalho precarizado e pela degradação física dos funcionários.

As repercussões que nos referimos a partir da leitura de Andrade (2015) afinam o comprometimento com a saúde mental das trabalhadoras, uma vez que compreendemos o processo de trabalho desgastante nocivo ao corpo feminino, bem como é extremamente danoso a subjetividade das mulheres. A afirmativa se faz quando percebemos, sob a ótica de Andrade (2015), que as violências sofridas por mulheres se dão de forma mais perversas do que em relação aos homens, legitimados pelo estigma da fragilidade feminina. (p. 86).

Para Saffioti (2011), os traumas não são mantidos apenas em relação ao abuso sofrido, mas por manterem uma relação intrínseca com sofrimento ocasionado. Uma vez que o dano físico ao corpo tem grande probabilidade de que seja superado, as feridas da alma, que podem ser igualmente tratadas, se reduzem a poucas possibilidades de êxito em superação. (p. 19). Neste sentido, o caminho a ser percorrido será investigar, a partir da coleta de dados via entrevistas, como às violações físicas sofridas puderam ocasionar influências, além das questões objetivas, no âmbito subjetivo dessas mulheres e de sua forma de sentir e ver o mundo.

Fizemos 4 entrevistas semiestruturadas, feitas com trabalhadoras que não estivessem mais imersas no chão da fábrica, tendo em vista o potencial de suas narrativas para debruçar do tratamento dos dados. A abordagem escolhida foi à análise qualitativa tendo em vista oportunizar ao pesquisador, “mergulho em profundidade”, na coleta por sinais de como os sujeitos percebem e dão significados a sua realidade (DUARTE, 2004, p. 215).

Mantivemos a identidade das mulheres resguardada para que não houvesse a exposição em detrimento do risco à integridade de cada uma delas. A captação das entrevistadas foi feita a partir da metodologia bola de neve (*snowball*). A metodologia utilizada é não-probabilística, utilizando cadeias de referências. O que significa dizer que esse tipo de amostragem não dar margem a escolha de cada participante da pesquisa. Essa metodologia é utilizada geralmente para grupos de difícil acesso (VINUTO, 2014, p. 203), o que para nós seria o ideal tratando-se de ex-trabalhadoras. Também optamos por mulheres não inseridas na indústria, pela facilidade de maior do acesso e para não gerar nenhum tipo de angústia ou problema maior caso fosse entrevistada a trabalhadora em atividade.

Funcionava da seguinte forma, cada entrevistada indicava outra, obedecendo a apenas ao requisito que fossem exclusivamente mulheres, ex-trabalhadoras da fábrica de calçados, que tivessem a partir de 5 anos de experiência/vínculo empregatício na produção de calçados. Uma vez localizada a possível pesquisada, marcávamos a entrevista, com a aplicação de questionário, coletamos por gravação de voz e, posteriormente, transcrevemos para que fossem submetidas à análise posterior. O questionário em questão, contava com o número de 42 questões subdividas em 4 blocos, voltadas aos processos de trabalho desenvolvidos na indústria e às condições de trabalho, adoecimento, questões subjetivas, estado emocional das trabalhadoras e, por fim, questões posteriores ao trabalho exercido na fábrica, além de perspectivas futuras.

Por fim, trata-se de um estudo ainda incipiente a respeito do sofrimento mental das mulheres trabalhadoras em decorrência do trabalho, visto que foram feitas delimitações na pesquisa na espera que se possa dar continuidade na pós-graduação e em pesquisas futuras.

2. A CONSTRUÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DA INSERÇÃO DA MULHER NO MUNDO DO TRABALHO

Para tratar uma discussão acerca do trabalho é preciso realizar ações comprometidas e reflexões cuidadosas. A primeira delas é entender em que perspectiva se insere o debate que aqui tratamos para depois compreendê-lo. O trabalho não seria apenas uma atividade laborativa, mas compreendemos que ele assume um lugar *de categoria na constituição do próprio ser humano (como algo estruturante e estruturador)* que mais a frente iremos nos debruçar de maneira mais aprofundada. Esta afirmativa tornou-se objeto de preocupação deste escrito para que não se cometa o equívoco de confundir a terminologia de trabalho o restringindo ao âmbito do exercício assalariado e não enquanto categoria ampla do ser social. Para superar tais confusões, serão apresentadas interpretações de clássicos da filosofia, reconhecendo que o trabalho não se caracteriza pura e simplesmente pela relação de atividade exercida e, posteriormente, reembolsada via pagamento (como ocorre de forma predominante na relação de troca mercantil capitalista), mas sim ele exerce a função de organização da vida humana e social.

Em vista das provocações acima colocadas, tomamos partido de apresentar o trabalho em um debate voltado a sua função reflexiva a fim de culminar no âmbito mais específico do trabalho feminino e, por conseguinte, na questão da violação de direitos correlacionados. Trata-se de pensar e analisar, a partir dos referenciais teóricos, como a partir do trabalho os homens, - leiam-se homens e mulheres, ser humano-, chegaram a este modelo societário que conhecemos. Georg Lukács considera que “[...] nos ocupamos do complexo concreto da sociabilidade como forma de ser” (LUCÁKS, 1971, p. 2). Conduz- nos, assim, a presumir que os seres humanos se qualificam enquanto tal, por atribuir a si mesmos a condição de ser social enquanto forma de ser e traz indícios de como se sucedeu tal condição.

Lukács disserta que, dentro dessas condições que delineiam o ser social, existe um conjunto de categorias constitutivas do Ser. Para Georg Lukács existem quatro categorias centrais – facilmente percebidas –, para se falar no ser social. Segundo o filósofo húngaro são elas: *o trabalho, a cooperação entre os homens, a divisão do trabalho e a linguagem* [linguagem entendida como comunicação/sociabilidade/interação]. Estas categorias, exceto o trabalho, só são possíveis de análise dentro de um dado modelo de sociabilidade. Nessa assertiva percebemos que o trabalho se distingue das outras categorias por ocupar um lugar intermediário nos movimentos evolutivos que fizeram com que o homem se constituísse como

ser social. O trabalho terminou, para o referido autor, representando um elemento de mediação central na constituição do ser social, porém o trabalho não pode ser pensado isoladamente, é um complexo dentro de complexos e o trabalho é também elemento de cultura e de sociabilidade. Portanto, Lukács, apesar de dar ênfase ao trabalho, não deixou de ver outros elementos do ser social e de como existem correlações entre trabalho, cultura e sociabilidade em geral.

É neste contexto que se discute a categoria trabalho aqui, porém, provoca-se que não se trata de uma discussão isolada. Compreendemos a necessária interlocução com as outras categorias do ser, dentro de suas próprias complexidades, certo que não se deve observá-las de forma fragmentada, mesmo que o olhar singular seja necessário, mas sempre estaremos conectando com a totalidade do ser social. O processo adotado aqui busca trazer o trabalho como cerne do debate, mas sem deixar de perceber a natureza complexa das categorias que se expressam no ser social, como exemplo da linguagem, sociabilidade e cultura.

O leitor ainda pode se questionar o que de fato qualifica o trabalho e porque razão tem ocupado lugar tão privilegiado nesta discussão. Em outras palavras, configura-se por trabalho a atividade produtiva desempenhada pelos homens, que hora foi pensada e planejada com a pretensão de alcançar um objetivo específico, mas que sempre esteve, na verdade, suprimindo necessidades imediatas e não-imediatas. Nota-se que o processo do trabalho do homem é dotado de um artifício característico de sua essência, ao qual dar-se o nome de consciência (os atos de consciência ou ações transformadoras, ações teleológicas para pensarmos com Lukács). A consciência seria a capacidade de quantificar e qualificar o que é benéfico como resultado da atividade exercida para sua própria vida e para outro e de planejar, dessa forma, antes de agir, fazendo as devidas escolhas mediadas pelo mundo objetivo e pelas experiências sociais prévias individuais e coletivas. Desta maneira, a consciência dá ao homem a capacidade de ultrapassar o seu eu em si e oferece a possibilidade de compreender sua própria história e dar sentido a ela. (LESSA, 2016, p. 19).

Por isso, antes de debruçarmos no que seria o histórico da inserção da mulher no trabalho assalariado, trataremos de como o trabalho dá sentido a construção da vida humana, partindo do pressuposto no qual se identifica o homem enquanto ser social. Neste caminho partiremos das ideias de clássicos da filosofia e de suas interpretações, para a posteriori alcançarmos o que propusera esta pesquisa.

2.1 Trabalho como categoria ontológica²

Certo que há, historicamente, uma busca por um caminho que nos apresente como o homem se transformou a ponto de organizar-se da forma que conhecemos hoje, assim faremos aqui um percurso histórico, social e cultural para tentar desvendar elementos centrais e constitutivos das mudanças e dos sentidos do ser social. Inúmeros teóricos do campo da filosofia e sociologia, em tempos distintos, da antiguidade a contemporaneidade, foram em busca dessa resposta. Das muitas formas que se possa pensar este percurso ao qual o homem trilhou, adotaremos a análise a luz das interpretações do filósofo George Lukács (1971) dentro de uma perspectiva de análise ontológica da categoria trabalho. A escolha por engajar-se neste debate filosófico sobre trabalho advém do desejo de traçarmos um percurso que facilite a compreensão na leitura e fundamente a temática que iremos desenvolver.

Decidimos tomar parte de uma das hipóteses que delinea a condição biológica do homem. Esse percurso foi utilizado pelo George Lukács partindo da análise da matéria inorgânica até a constituição do homem enquanto ser social. Utilizou do Darwinismo³, corrente que afirma que a evolução do homem neste estágio atual, sobretudo no âmbito biológico tal qual se encontra, decorre de movimentos processuais contínuos de evolução das espécies.

Ao levar-se em consideração os feitos de Darwin, George Lukács (1971) sugere que “[...] os processos evolutivos das diversas espécies do ser, nos deram uma contribuição metodológica interessante” para se pensar no ser social (LUCÁKS, 1971, p.1). Em última análise, podemos afirmar que este método, em articulação com o materialismo histórico dialético, possa contribuir para compreender os processos que transformaram o ser orgânico no ser social dentro de uma perspectiva sócio-histórica da vida humana.

Vejam que na visão de Darwin a natureza, em seu curso natural, fez com que os animais evoluíssem até a humanidade. Até se chegar nesta etapa, acredita-se que houvera um

²A palavra Ontologia de origem grega se divide por *Onto: ser* e *logia: estudo ou conhecimento*, que em uma tradução literal seria o estudo ou conhecimento do ser. Para a autora Marilena Chaúí a ontologia, neste sentido, “[...] seria o estudo ou conhecimento do ser tão qual a sua própria natureza” ou em outras palavras seria o campo de estudo que trata da realidade “[...] última de todos os seres ou da essência de toda a realidade”. (CHAÚÍ, 2000, p.50).

³Embora tenha sido mencionada a corrente Darwinista se faz necessário o adendo. Não fomos aqui norteados por ela, uma vez que esta, em alguns momentos, tende a compreender os processos evolutivos de forma linear e não como frutos de construções históricas arraigadas de cultura. O que se fez aqui foi apenas entender o passo a compreensão do Ser Social, norteadado pelo materialismo histórico dialético o que, por natureza, diverge da concepção de transformações humanas apenas pelo instituto de sobrevivência ou pelo elemento biológico/natural. Aqui não pretendemos defender o evolucionismo histórico, ao contrário, compreendemos que o Ser Social ultrapassa o ser natural por meio do fator ontológico e por meio das interações sociais que são também criativas e indefinidas em grande medida.

salto - ontologicamente necessário –, dentro de processo evolutivo da matéria inorgânica até a orgânica. Se para Darwin tais acontecimentos do processo evolutivo decorriam dos movimentos da natureza – se atendo ao âmbito biológico-, o filósofo Friedrich Engels em sua obra denominada *O papel do trabalho na transformação do macaco em homem*, avançou ao considerar que tais modificações, neste sentido, propuseram ao homem evoluir de acordo com suas necessidades sociais e históricas.

Engels adoça ainda mais o debate ao utilizar como exemplo o distanciamento da mão primitiva dos macacos a mão dos homens. Confere a mão do homem um aperfeiçoamento, advindo do “[...] trabalho durante centenas de milhares de anos” (ENGELS, 1876, p. 2). Considera assim que esse distanciamento está justamente no fato de que para as demais espécies a evolução partiu puramente do âmbito biológico porque eles não realizam trabalho. Este exemplo das mãos esmiuçado por Friedrich Engels ⁴(1876) sugere o entendimento que foi em virtude do trabalho que o homem se aperfeiçoou de forma gradual e contínua, essa relação entre homem e trabalho, neste sentido, rege a vida do ser social. Percebemos como o trabalho pode escrever o mundo e as atividades humanas, diz Engels (1876, p. 1, grifo do autor) definindo o trabalho:

[...] é a fonte de toda riqueza, afirmam os economistas. Assim é, com efeito, ao lado da natureza, encarregada de fornecer os materiais que ele converte em riqueza. O trabalho, porém, é muitíssimo mais do que isso. É a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que **o trabalho criou o próprio homem.**

O ponto de vista de Friedrich Engels (1876) convida-nos a perceber que o trabalho constitui a essência humana no contexto da relação intrínseca do homem e a natureza, e que o trabalho é, antes de tudo, uma relação social e como tal termina produzindo não apenas coisas ou bens ou utilidades, mas produz sentido simbólico (cognitivo e cultural) para quem trabalha, ou seja, o trabalho, a partir dessa noção de Engels, é ontológico e fundante (pois termina fundando um modo do ser). E é neste intercâmbio do homem e natureza ao qual pontua no fragmento “ao lado da natureza”, que destacamos a relação dialética entre homem e natureza, - tanto orgânica como inorgânica-, em que ambos os polos se modificam e onde fica evidente os novos sentidos (ou novas causalidades) postos pelos indivíduos na sociedade em geral. A respeito dessa relação Engels distingue, porém, a relação do homem com natureza e

⁴ Existem críticas às contribuições de Engels, sobretudo deste texto em específico, por conta da sua postura ao trazer ao debate do homem enquanto ser social, com forte elo a evolução natural das espécies, humana nesse caso. O nosso interesse é pontua-lo, mas tendo em vista o lugar da crítica e nos apoiando em um trajeto, o método utilizado, é um percurso, para nós necessário, a compreensão.

dos demais animais com a natureza, por atribuir ao homem, ao contrário dos animais a capacidade de modificar a natureza ao ponto de obriga-la a o servir. (ENGELS, 1876, p. 13). Resultante da intencionalidade das relações humanas para atender seus interesses mais primários da sobrevivência imediata aos mais complexos (de satisfação do ser e da fruição espiritual, subjetiva e simbólica). Em formas materiais e objetivas, o fato da intenção da ação se insere no campo das escolhas para a sua execução. George Lukács (1971) disserta que no movimento da transformação da natureza pela intervenção do homem gera algo novo e qualitativamente de novo tipo (funda uma nova objetividade), diz o autor:

[...] na medida em que a realização de uma finalidade torna-se um princípio transformador e reformador da natureza, a consciência que impulsionou e orientou um tal processo não pode ser mais, do ponto de vista ontológico, um epifenômeno (LUKÁCS, 1971, p. 13).

Vemos que a realização da atividade humana aqui assume mais que um caráter mecanicista (repetitivo ou determinado) como no mundo dos animais, ou seja, não representa apenas um ato de produzir coisas ou um ato produtivo em si, mas, ao contrário, produz sentido social e cultural, logo, toda ação humana é uma ação com uma multiplicidade de sentidos e de relações. Pela ótica do autor acima mencionado, a ação humana, muito embora parta de uma necessidade imediata em primeira instância da mesma forma que os animais, carrega em si um nível cognitivo distinto dado por uma prévia intencionalidade projetada no campo das ideias (é o projetar antes de agir/conceber, então, o indivíduo gera uma ação teleológica, uma ação para um fim almejado). Rememorando o que dissertou Karl Marx no *Capital*, o autor dá indícios da representação da distinção na materialização do trabalho no mundo dos animais em relação ao trabalho dos homens:

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente (MARX, 2002, p. 327).

Ao que se refere, neste sentido, constata-se que determinada ação- isso no mundo dos homens- foi articulada no nível teleológico para que fosse materializada. Essa é a questão que distingue a ação humana dos outros animais: a capacidade teleológica em um nível de consciência. A consciência, assim, representa um reflexo do concreto da realidade, mas não fica apenas na repetição do real, que por si só já representa um oposto, por natureza, da

própria realidade, e gera algo a mais que a própria realidade, assim, a consciência ultrapassa o próprio mundo dado objetivamente e historicamente e funda coisas novas, além de reproduzir coisas também (objetividade e subjetividade se misturam nas ações humanas e sociais mediados pelo trabalho e pela consciência). Assim, a realidade é sentida reflexivamente como uma representação do que é e por isso “[...] não é possível que a reprodução seja da mesma natureza daquilo que ela reproduz e muito menos idêntica a ela” (LUKÁCS, 1971, p. 14). A realidade é o que está posto e a consciência é seu reflexo (mas não como mera repetição, mas apenas como ponto de partida), isso pensando, sobretudo na construção científica de entendimento do mundo, por isso que só conseguimos entender as coisas após terem ocorrido (pós-facto).

Neste sentido são os indivíduos reais que conseguem, no nível do pensamento (ou seja, reflexivamente), abstrair as suas próprias ações do concreto por meio do empírico. Em outras palavras é devido à materialidade da vida que os homens abstraem na consciência suas concepções sobre o real, dentro de um momento histórico. No livro “*A ideologia alemã*”, ao se reportarem a produção intelectual e filosófica alemã da época, Engels e Marx fizeram críticas ao não notarem a ligação da filosofia com a realidade alemã. Consideram que mesmo podendo se pensar na distinção dos homens e dos animais por meio da consciência, pela cultura ou pela religião, os próprios homens se distinguem a partir dos meios que *produzem* para sua existência (MARX, ENGELGS, 2001, p. 10).

As relações estabelecidas a partir da produção e reprodução da própria vida material são capazes de refletir aos homens exatamente o que eles são (MARX, ENGELGS, 2001, p. 11). Esta reprodução, porém, depende exclusivamente da natureza dos meios de sua existência já dados para ele. Em outras palavras, a reprodução da vida social se dá a partir dos estágios do desenvolvimento ao qual a produção da vida material se encontra, de que modo e o que o homem produz em determinado momento histórico diz muito dele próprio, assim, o mundo social é sempre uma conexão entre passado histórico e o presente vivido e inovado.

Esses fatores circunstanciais montam as formas pelas quais mulheres e homens, reproduzem um modelo específico de sociabilidade. Sociabilidade essa, em que o seu desenvolvimento está intrinsecamente ligado ao capital em suas múltiplas formas de reprodução, mesmo porque o capital constituiu, antes de tudo, uma relação social (Marx, 2002). Nesta dimensão de organização da vida, observa-se que os interesses individuais antes vistos como isolados e restritos a manutenção da existência, se transmutam em interesses coletivos, norteados pelo interesse do capital (MARX, ENGELS, 2001, p.11). Na medida em que foi se desenvolvendo um modo de produção no cerne da organização social, os interesses

pré-estabelecidos ao homem, ser social, foram moldados conforme a forma que, sócio-historicamente, a nação a qual pertence se desenvolveu. Neste sentido, constata-se ser imprescindível procuramos o debate a respeito da realidade brasileira, rememorando suas raízes mais profundas que culminaram no momento histórico atual.

2.2 Trabalho, questão racial e capitalismo no Brasil

Marx e Engels (1989, p. 11) compreendem que as relações entre as nações são medidas através do estágio de desenvolvimento em que cada uma delas se encontra, e que isso refere ao desenvolvimento das forças produtivas, como se dá a divisão do trabalho e as relações internas de um país. Significa dizer que a natureza daquilo que caracteriza um Estado vem do alargamento de suas forças produtivas, do desenvolvimento social e econômico em relações mais internas, de maneira que isso reflita diretamente no modo ao qual ele se relaciona com os demais. Assim, a gênese e o processo histórico da construção de uma nação, de certo, trazem elementos fundamentais para que se entenda essa relação.

O que marca a origem do capital dar-se o nome de acumulação primitiva ou originária, pois ela compõe a pré-história da origem capitalista. Para os burgueses o processo de separação entre ricos e pobres surge por ventura de um acúmulo de riquezas de forma gradativa da classe burguesa. Nesse movimento os pobres são tidos como aqueles preguiçosos e perdedores, diferentemente dos burgueses ocupando o lugar de sucesso. Em contrapartida, Marx (2002) entenderá que a acumulação primitiva está para além do “processo histórico de separação” entre aquele que produz e aquele que detém os meios (MARX, 2002, p. 961). Partindo dessa lógica, a origem do capitalismo no Brasil, em seus primeiros moldes da acumulação primitiva, se funda aos resquícios da colonização no país, na medida em que a escravidão colaborou de forma orgânica para o desenvolvimento capitalista. A degradação dos corpos humanos, fez com que a metrópole capitalista (a classe burguesa) enriquecesse em detrimento da exploração de uma maioria (escravizada). Agora já se tratam de homens livres – no período pós-abolição - e esses “recém-libertos”⁵ passam a vender sua força de trabalho, quando deles é roubado todos os meios de subsistência (meios de subsistência aqui leia-se como aqueles que eram fornecidos pelas instituições feudais ou formas anteriores de sobrevivência). (MARX, 2002). O que para nós fica de entendimento é que esse movimento transitório fortaleceu o desenvolvimento capitalista, não só no Brasil como também nas elites europeias.

⁵ Marx, 2002.

É de conhecimento geral que a história da sociedade brasileira foi alicerçada nos moldes de um sistema escravocrata em decorrência da colonização portuguesa. O sentido da colonização brasileira para Caio Prado Júnior (2000), importante pensador brasileiro, nas suas raízes mais profundas, teve como precedentes a exploração de matérias primas e a busca por mão de obra escrava do negro africano e nativo indígena. Estas circunstâncias foram postas em detrimento dos interesses do comércio europeu e montaram à base produtora na colônia brasileira.

Na concepção de Prado Júnior (2000), o processo de ocupação do território brasileiro partindo de Portugal, - e estendendo para outros países europeus-, resultou em uma desordenada organização no nível estrutural da nação brasileira e atendia ao processo de desenvolvimento capitalista na Europa. Esse processo de imposição e dominação portuguesa foi o elemento propulsor para definir os caminhos para construção da sociabilidade brasileira. Em temporalidade, o domínio português e europeu levou cerca de trezentos anos, inserido em um contexto de profunda exploração na obstrução das terras da colônia, resultando em vestígios assustadores de exclusão e desigualdade no país. No contexto específico da realidade brasileira a dominação interfere diretamente nas questões raciais e, por conseguinte, de gênero, por ter denotado a negação das subjetividades⁶ inerentes aos povos. O contexto aqui em questão teve como premissa a exploração como força motriz da manutenção da produção na época colonial.

No que concerne às relações étnico-raciais, reiteramos que essas partem das opressões sofridas pelos nativos indígenas e pelos negros africanos. Disso resultou-se a construção brasileira: espelho de organização social europeia vinda pelo processo de colonização mantendo a exploração arbitrária dos corpos em face da desacerbada extração de riquezas.

Cabe ressaltar que não foram quaisquer corpos explorados, mas sim aqueles que foram sujeitados a esta condição: o nativo indígena e negro africano. Caio Prado irá dizer que as raças escravizadas foram mal adaptadas e preparadas e, por isso, causaram estranheza nos moldes da organização social da época colonial. Já no período pós-abolição, Florestan Fernandes, na *Integração do negro das sociedades de classe*, dissertará que os negros escravizados agora libertos foram inseridos em um modelo de produção ao qual se inseriu a

⁶ SUBJETIVIDADE: Conceitua-se pela lógica dialética a subjetividade como "[...] conteúdo da essência humana [que] reside no trabalho... o ser do homem, a sua existência, não é dada pela natureza, mas é produzida pelos próprios homens" (*apud* Saviani, 2004, p. 28).

urbanização no país e o negro na sua pseudoliberalidade se mantivera sem condições objetivas para sua subsistência e abandonados a própria sorte.

Em ambos os momentos históricos, percebe-se que aqueles povos que sofreram opressão, historicamente no Brasil, viviam a mercê do que estava sendo imposto por um segmento da sociedade, um segmento dominante. A ênfase é dada ao povo negro e indígena devido à compreensão de que toda base da mão de obra na construção brasileira se deu pela exploração desses.

Nestes descompassos ao longo da história que o país transita para o regime capitalista. A sociedade brasileira em sua transição capitalista foi marcada por um regime escravocrata e colonial. Sobre a análise de autores como Francisco de Oliveira (2003), os economistas que se habilitaram a pensar na América latina e países em estágio de subdesenvolvimento, se preocuparam em analisar restritamente as tensões e relações externas, sem analisar os movimentos mais internos desses países, (em suas singularidades), como exemplo do Brasil. Para o autor existe a necessidade de perceber que antes que haja divergências entre as nações, existem conflitos dentro da luta de classes no âmbito interno, uma classe dominante em detrimento da outra. Nesta certeza, entendemos que as bases que aqui tivemos a ousadia de tentar desmiuçar, funcionem como apoio para acompanhar o processo de aceleração da produção ao longo da história brasileira.

A partir de 1930 mudava-se a paisagem política e econômica do país e do mundo. A questão específica desse momento, - desenvolvimento industrial brasileiro em 1930 -, é o que suscitou na grande expansão no âmbito da industrialização no Brasil e consigo o aceleração do desenvolvimento do processo de produção. O sociólogo Francisco de Oliveira (2003) entende que o processo que se deu a economia no Brasil é resultado da expansão da lógica capitalista de forma distinta em relação ao modelo clássico do capitalismo em outros países em desenvolvimento. A especificidade do Brasil, na perspectiva de Oliveira (2003), se dá por conta do movimento adotado pelo país. No caso brasileiro, as relações internas básicas foram se desenvolvendo, diferentemente de outros países emergentes que optaram por ampliar as relações externas.

Retornando ao debate sobre a base escravocrata brasileira, apontado anteriormente neste escrito, segundo Francisco de Oliveira:

O longo período dessa “expulsão” e dessa “criação”, desde a Abolição da Escravatura até os anos 1930, decorre do fato de que essa inserção favorecia a manutenção dos padrões “escravocratas” de relações de produção; será

somente uma crise no nível das forças produtivas que obrigará à mudança do padrão (2003, p. 67).

Do ponto de vista do autor mencionado, as relações básicas produtivas, ao longo do curso da história brasileira, continuavam em direção ao lucro. O que se modificou nessa relação foi uma reestruturação da produtividade diante do contexto que o Brasil estava inserido. Leia-se que o contexto específico colocado pelo autor é o momento da inserção do país ao sistema capitalista. Neste sentido os proprietários rurais deram lugar aos empresários burgueses operando na dinâmica da expansão industrial, que não necessariamente ocasionou uma ruptura, mas em novas possibilidades de serem feitas (OLIVEIRA, 2003, p. 58).

Neste estágio de desenvolvimento das forças produtivas no contexto brasileiro, que até então a produção era extremamente agrícola, houvera um afastamento do homem com relação com a natureza- inerente ao modo de produção capitalista, porém este nunca resultará no rompimento da relação homem e natureza. A atividade humana empregada, constantemente é auxiliada pela força da natureza e o homem se mantém refém nesse intercâmbio. Ao mesmo tempo, o ser social se apropria da natureza para os seus fins e suas satisfações. No caso brasileiro, mantém o setor agrícola concomitante a expansão industrial, e neste pacto estrutural, mantém o propósito de acúmulo do capital (OLIVEIRA, 2003, p. 65).

Continuando com Oliveira (2003), o autor mantivera-se como cerne da discussão a junção do novo e do velho- das novas formas de produção com as já existentes-, e como a união desses extremos (do velho e do novo, do trabalho informal com o trabalho assalariado) dão os rumos da relação capital x trabalho no Brasil. Tudo isso, para o autor, tinha-se como intuito estabelecer novas formas internas de acumulação. Ainda neste contexto o que regula esse entroncamento entre capital x trabalho serão as leis trabalhistas⁷. O Estado nesta época, em pleno desenvolvimento capitalista, começa a regulamentar tais circunstâncias. Os parâmetros legais dos direitos trabalhistas, nesse contexto, servem como apoio para a acumulação capitalista e contraditoriamente é como um acordo entre a classe burguesa e a classe operária (OLIVEIRA, 2003, p. 59).

Vale lembrar que nessa época o Brasil está atravessando o período intervencionista do Estado na economia, decorrente do golpe do governo Getúlio Vargas, o que sucedeu em alargamento das legislações no âmbito do trabalho (MARTINS, 1998, p 11.). Para melhor visualização do contexto das leis e dos direitos trabalhistas, ao longo dos anos, dispomos

⁷ Sergio Pinto Martins 1998, autor do livro Direito do Trabalho, traz um compilado de escritos tratando de forma aprofundada a questão dos Direitos Trabalhistas no Brasil em dialogo com o mundo, apropriou-se desse escrito para se fazer um panorama geral da evolução do trabalho no Brasil.

abaixo de uma tabela da Evolução legal dos Direitos Trabalhistas, feita por dados secundários da pesquisa de Sérgio Pinto Martins (1998):

QUADRO 1: Avanço nos direitos trabalhistas:

Período	Evolução do aparato legal dos direitos trabalhistas
1919	Surgimento da OIT (Organização Internacional do Trabalho), no âmbito internacional.
1930	Criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio no Brasil, no governo Vargas.
1932	Surgimento de decretos que amparasse o exercício profissional e o trabalho feminino.
1934	Carta Constituinte com a inserção dos Direitos Trabalhistas. <p>“Art. 120 - Os sindicatos e as associações profissionais serão reconhecidos de conformidade com a lei.”</p> <p>“Art. 120: Art 121 - A lei promoverá o amparo da produção e estabelecerá as condições do trabalho, na cidade e nos campos, tendo em vista a proteção social do trabalhador e os interesses econômicos do País.”.</p> <p>Destaca-se que neste artigo já contém elementos que tratem de férias remuneradas, oito horas de jornada semanais, institui-se o salário mínimo, já se começa também a regulamentação do exercício de todas as profissões.</p>
1937	Institui-se uma nova constituição Federal e nela continha à implementação de um sindicato único e este seria vinculado ao Estado. Na mesma época foi instituída também a cobrança de impostos ao sindicato.
1943	Aprovada a Consolidação das Leis do Trabalho; (CLT) Decreto-lei N.º 5.452, de 1º de maio de 1943.
1967	A nova Constituinte de 1967 manteve as diretrizes voltadas ao trabalho das Constituições anteriores.
1972	Criação da Lei N.º 5.859/72 tratando do trabalho doméstico.
1973	Criação da Lei N.º 5.889/73 dispondo o trabalho no âmbito rural.
1974	Criação da Lei 6.019/74 versando a questão do trabalhador temporário.
1977	Decreto 1.535/77, instituído para alterações na CLT, dispondo a questão das férias.
1988	Aprovação da Constituinte atual. Os Direitos do Trabalho passam a ficar contidos no título “Dos Direitos Sociais” e não mais “Dos direitos e Garantias Fundamentais”. Dispostos nos arts. 7 a 11. <p>O art. 7 versa sobre os direitos individuais; o art. 8 trata dos sindicatos; art. 9 regulamenta sobre as greves, art. 10 sobre participação em colegiados e art. 11 trata especificamente instituições que tenham mais de 200 empregados.</p>

Fonte: As informações foram recolhidas do livro *Direito do trabalho* de Sérgio Pinto Martins; (1998).

O autor que utilizamos para embasar o quadro acima traz relevantes contribuições no campo jurídico no que tange as leis trabalhistas. O mesmo afirma que até certo tempo a Constituição Federal brasileira prescrevia, restritamente, as formas de governo. Com o passar dos anos, mais especificamente em 1934, que se começou a ter adendos constitucionais que versassem objetivamente o Direito do Trabalho. (MARTINS, 1998. p.11). Este foi um marco no que diz respeito aos Direitos do Trabalho no cenário brasileiro.

Ainda que se entenda a grande serventia aos trabalhadores desses ditos avanços ao alargar as possibilidades do direito, percebemos um caráter contraditório que eles carregam, na medida em que são utilizadas como instrumentos para apaziguamento das relações conflituosas que emergiam no campo do trabalho, frutos as expressões da “Questão Social”⁸. A “Questão Social” aparece como elemento inerente ao modo de produção capitalista. Em suas expressões se observa as formas de reprodução social amplificando o máximo das potencias de desigualdade e multiplicando às violências.

Na medida em que se desenvolvem as forças produtivas, o capital se apropria de formas laborativas mais rebuscadas. Com investimento em tecnologias a trocar o trabalho vivo/criativo – trabalho humano-, por máquinas substituindo força de trabalho, o trabalho acumulado, o que culminará no desemprego estrutural, tendo em vista o contingente de trabalhadores substituídos por esses mecanismos.

Diante desse panorama da conjuntura nacional com foco na discussão sobre o trabalho, direitos trabalhistas e o capitalismo brasileiro faz-se importante, algumas considerações sobre o modo de produção capitalista em linhas gerais.

Vimos no tópico I desse escrito, *o trabalho como categoria ontológica*, como o trabalho constituiu o homem enquanto ser social. Com o curso da história, o homem deixou de produzir o que era restrito a sua subsistência e inseriu a sua condição de ser social um novo intercambio em relação à natureza. Nesse salto ontológico, necessário na perspectiva de Lukács, os indivíduos passam a utilizar da natureza para produção de mais do que necessitam, o trabalho excedeu as necessidades básicas do homem. O caminho que o homem segue nesse sentido para o desfecho será por meio do trabalho alienado que fundará a sociedade de classes (LESSA, 2012, p. 21).

O que guia uma sociedade burguesa é basicamente pretender em seu fim a Mais-valia, a extração do lucro sobre o lucro, por meio da produção das mercadorias. Na sociedade

⁸ Para Yamamoto (2013), a “questão social” é indissociável do modo de produção capitalista, e dar-se o nome a tal fenômeno ao conjunto de desigualdades “mediadas por disparidades nas relações de gênero, relações étnico raciais, meio ambiente, questões de território, e ademais” (p.330).

capitalista, a mercadoria é a célula básica; aquele indivíduo que não detém os meios de produção, só lhes resta o dispêndio do trabalho como forma mercadológica de troca para subsidiar sua existência. Perante essa condição o trabalhador fica exposto às condições de trabalho oferecidas pelo empregador dominado pela dinâmica do capital.

A produção a partir do trabalho, por sua vez, se dá de forma esquematizada. A divisão do trabalho na produção faz com que o homem só se perceba em uma etapa específica da produção. Diante disso, o homem se vê agora estranho ao seu produto e também estranho frente ao seu próprio trabalho, “[...] o ser social torna-se um estranho frente a ele mesmo”, neste grau de maturidade no desenvolvimento das forças produtivas” (ANTUNES, 2008, p. 146). O estranhamento parte, pois, do momento em que o trabalho se transforma em um trabalho abstrato, no qual o trabalhador não se percebe no trabalho realizado. A questão está na força de trabalho que desaparece no final da produção na medida em que o processo de produção, no modo de produção capitalista, teve x de lucro a mais do que dispendeu o trabalhador em energia.

A mercadoria reproduz o desejo que não se insere necessariamente no material, mas faz com que no campo subjetivo criemos uma necessidade. Esta forma subordinada com que o trabalhador produz é a forma que o homem se objetiva materialmente e se subjetiva espiritualmente. O que fica de entendimento é que, neste processo de compra de mercadorias e de produção, o modelo de sociabilidade não permite que as individualidades sejam estimuladas, nem sequer os próprios desejos, o que é condição é intrínseca da divisão do trabalho.

A mercadoria seria a expressão monetária de troca (meio e fim do processo de produção em si). O valor de troca de uma mercadoria, por sua vez, está correlacionado com a intensidade da força de trabalho empregado na sua produção. Para além do valor de sua troca, a mercadoria ainda possui um valor de uso (uma utilidade) esse se relaciona com satisfação de uma necessidade ou desejo humano. No *Capital*, Marx considera que “[...] a utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso” (2002, p. 158). Tanto o valor de uso quanto o valor de troca são de origem da relação com a mercadoria, sem ela não existiriam e esses valores são dispostos de acordo a cada sociedade em um denominado momento histórico.

Retornando a realidade brasileira, os movimentos que sucederam para filiação com o modo de produção capitalista no país tiveram influência direta com razões históricas que passam a serem questões estruturais (OLIVEIRA, 2003, p 69). Oliveira (2003) deixou as instruções para compreensão do caso brasileiro, sobretudo, no destaque dado entre na relação novo com o velho, na imersão do Brasil no capitalismo, fatores esses que configuram o

cenário brasileiro em geral, que tem ainda ligações com elementos postos no processo de expansão do capitalismo Europeu e depois brasileiro a partir da Escravidão e de como determinados grupos sociais foram deixados de lado diante do desenvolvimento da sociedade.

2.3 Trabalho feminino e relações de gênero no Brasil

A evolução histórica de cada época denota as características estruturais no âmbito da ordem da vida social e a organização do trabalho. Para Hirata e Kergoat (2007), o conjunto do qual define o processo de sociabilidade- seja lá no âmbito da família, do mundo do trabalho, na educação- resulta na reprodução das relações sociais. Em outras palavras quando se eleva o patamar do desenvolvimento das forças produtivas, - que aconteceu de variadas formas pelo mundo – ocorrem modificações das formas de organização social que no modo de produção capitalista sempre estarão em consonância com a manutenção do capital.

O processo sócio- histórico da humanidade, em distintas sociedades, teve na filiação com o modo de produção capitalista a ocorrência da divisão das classes (LESSA, 2012, p. 30), consequência da exploração do trabalho do homem sobre o homem. De maneira que significaria uma classe menor explorando outra majoritária. Essas questões aqui nos são caras, pois estão conexas com o lugar que ocupam homens e mulheres historicamente.

A esfera mais privada da constituição do indivíduo também sofre influência direta da ordem do trabalho. Sérgio Lessa (2012) sugere que as interações no capitalismo já na perspectiva da propriedade privada, situam os nortes para a compreensão da função do homem e da mulher na sociedade de classes. As razões que colocou historicamente a mulher na condição restritiva de desempenhar atividades domésticas são as mesmas que fazem incumbir no ambiente de trabalho um leque de poucas possibilidades. Além dessas poucas possibilidades destinadas às mulheres, são a elas atribuídos poucos créditos pelo exercício de seu trabalho. A própria condição de divisão sexual do trabalho já pode ser compreendida como uma precarização do trabalho exercido e, em última análise, é também a forma negligente do capital de negar as múltiplas possibilidades humanas, sobretudo para as mulheres, mesmo que tenha incorporado novas formas de dominação.

O amoldamento do capital toma proveitos da dupla jornada de trabalho feminino para se reproduzir e dá manutenção para seu funcionamento, diz Nogueira:

Portanto, a intersecção do trabalho com a reprodução, na conformação capitalista, serve ao capital, não somente pela exploração da força de trabalho feminina no espaço produtivo, mas também porque as atividades

desenvolvidas pelas mulheres na esfera doméstica garantem, entre outras coisas, a manutenção de “trabalhadores/as” para o mundo do trabalho assalariado, bem como a reprodução de futuros trabalhadores/as que acabam por se constituir enquanto força de trabalho disponível para o capital (NOGUEIRA, 2011, p. 60).

Essas questões emergem no mundo do trabalho feminino a partir do momento ao qual o movimento feminista nos anos de 1970, especificamente na França, atuou em denúncias nos jornais franceses sobre a relação dicotômica do dever restritamente feminino de exercer o trabalho doméstico associado ao trabalho assalariado (HIRATA, KERGOAT. 2007). A indagação, assim, era discutir sobre as condições de trabalho aos quais as mulheres eram submetidas e como era tido como desqualificado a força do trabalho da mulher. Ressalta-se que este fato se dá em função da intensa movimentação do desenvolvimento do setor produtivo na época na Europa que irá se expandir para o mundo. Este fator estimulou à produção e desenvolvimento de escritos possibilitando tecer análises mais direcionadas a questão de divisão sexual do trabalho.

Desta maneira, Hirata e Kergoat (2007) compreendem que este conceito se expressa em duas esferas da condição humana: a esfera família⁹ e a esfera do trabalho assalariado, tendo em vista que o segundo foi pensado apenas em torno do trabalho produtivo para o homem, branco e qualificado, no caso brasileiro. O gênero assim tem caráter estruturante da organização e divisão do trabalho na medida em que define, de certa forma, as relações sociais (ARAÚJO, 2017, p. 1).

Para Araújo (2017) as relações estabelecidas no mundo do trabalho recentemente alcançadas pelas mulheres tem requisitado a ela própria uma série de habilidades adquiridas do âmbito familiar, agora configuradas na dinâmica do setor produtivo. Sobre essa questão, a referida autora considera que devido às estruturas que solidificaram o trabalho existem implicações das violações de direitos incidentes de forma ainda mais adversas nas mulheres do que nos homens, “[...] pois no seu caso, as novas formas de exclusão se sobrepõem aos antigos mecanismos de exclusão de gênero, potencializando-os” (ARAÚJO, 2017, p. 4).

Assim partindo da premissa de uma dada exclusão vivida por trabalhadoras pode se perceber que é inculcada uma série de atributos de “[...] paciência, disponibilidade para ouvir e suavidade na voz” (ARAÚJO, 2017, p. 12), e esses atributos tem sido utilizados como justificativa para a manutenção das configurações do trabalho na atualidade como se fossem elementos naturais. A respeito dessa afirmativa Araújo considera que:

⁹ Leia família para além da entidade natural e biológica, mas sim como lugar de dispêndio de trabalho principalmente do trabalho feminino, á exemplo de manter a casa em ordem e cuidado com os filhos (HIRATA, KERGOAT, 2007).

Em distintos setores da indústria, como nos bancos, as mulheres também predominam nos serviços de limpeza e alimentação terceirizados, bem como na terceirização de parte da produção, como no caso do setor eletro-eletrônico, geralmente realizada por pequenas fábricas, empregando sem registro em carteira e por salários menores, ou através do trabalho a domicílio que também predomina no setor de calçados (ARAÚJO, 2017, p. 12).

Certo é que há explicitamente uma distinção no que diz respeito aos espaços ocupados por homens e mulheres. Não obstante é possível compreender que essa distinção se torna mais visível quando pensamos da dupla jornada – já citada – a qual é submetida às mulheres. Os vínculos precários, a flexibilidades dos horários e tantas outras questões são mais latentes devido à questão de gênero que moldou as relações sociais (naturalizando formas sociais e históricas) e às formas de dominação.

Do ponto de vista de Ângela Davis (2012), no seu escrito *Mulheres, classe e raça*, o debate é ampliado e a discussão de gênero no que tange o debate racial dentro da sociedade de classes. Foi mencionado que o movimento feminista atuou nas denúncias do que diz respeito a exercício do trabalho das mulheres. Davis traz aparatos históricos para descrever a mulher dentro dessas duas perspectivas, especificamente, gênero e raça, com atenuantes no modo de produção capitalista. Lembra que a revolução francesa teve êxito apenas no que toca as condições dos homens e conduz-nos a reflexão no que tange o movimento feminista nesse momento específico.

O que temos aqui é um lugar destinado às mulheres que, de uma forma geral, subjagam suas tantas capacidades, mas há mulheres e mulheres, uma categoria heterogênea, que não estão em mesmas condições objetivas e nunca estiveram.

Propositamente analisamos a questão estrutural da questão racial no Brasil neste capítulo, conscientes que “[...] proporcionalmente mais mulheres negras sempre trabalharam fora de casa do que as suas irmãs brancas” (DAVIS, 2012, p. 10).

A autora Djamilia Ribeiro (2017) em seu escrito, “*o que é lugar de fala?*” compreende que existem lugares distintos entre as próprias mulheres, o que dá o nome de lugar de fala. A autora contextualiza um fato histórico na primeira onda do movimento feminista, trata-se de um registro de uma fala de uma abolicionista norte-americana, Sojourner Truth, também escritora e ativista. O discurso foi apresentado na Convenção de Direitos da Mulher na cidade de Akron, em Ohio, nos Estados Unidos, levava o nome de “*e eu não sou mulher*” (RIBEIRO, 2017, p.21), segue um trecho abaixo:

[...] aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, é preciso carregar elas quando atravessam um lamaçal e elas devem ocupar os melhores lugares, a passar cima da lama ou ceder o melhor lugar! E eu não sou uma mulher? Olhem para mim, olhem para meu braço! Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou uma mulher? Eu consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem – quando tinha o que comer- e também aguentei as chicotadas! E eu não sou uma mulher? (RIBEIRO, 2017, p. 22).

Djamila Ribeiro (2017, p. 23) compreende o discurso como afronta à universalização da categoria mulher, que representa um impasse à percepção da existência de várias possibilidades em ser mulher. O feminismo adotou, nesse sentido, a estrutura universal para falar das mulheres, sem que se faça “intersecções como raça, orientação sexual, identidade de gênero”. Ao mesmo tempo, também protagoniza a afronta ao machismo legitimado pelo modo de produção capitalista, o que ampliou a resistência contra o capital e retomada de consciência das explorações advindas do mundo do trabalho.

Neste momento específico às pautas foram protagonizadas pelas mulheres brancas, sem tomar nota das singularidades das mulheres negras, o que também notamos a partir do discurso de Truth, anteriormente mencionada. Disso as mulheres negras começam a entender que existem uma diferenciação de mulheres pretas e mulheres brancas, mas que existiam também elementos em comum no tocante à classe e gênero; pois as desigualdades raciais são somadas às desigualdades de gênero (SOARES, 1998, p. 20).

Ângela Davis (2012) nos conduz a compreensão de que as mulheres pretas, historicamente, são aquelas dotadas de características que as fazem fortes a todo o tempo e cria um paradoxo no que se acredita por essência do ser mulher. Esse fato vem das formas originárias que se explorou dos corpos, especificamente dos corpos negros, em lugares distintos no mundo. Para as mulheres brancas existe uma característica dada pelo sistema, à fragilidade. Ao contrário, para mulheres negras, é presumido que sejam fortalezas indestrutíveis.

Retornando a sociabilidade brasileira quando discutimos sobre o sistema escravocrata que se alicerçou o Brasil, percebemos como as contribuições de Ângela Davis (2012), por exemplo, são fundamentais, no que se refere a entender as especificidades entre as mulheres. Sobretudo pra questionar quem são os trabalhadores de hoje afinal no contexto brasileiro.

O Brasil só caminhou em direção de legislações que abarcassem o Direito do Trabalho da Mulher a partir de 1932, por decreto, muito embora só tenha versado sobre o âmbito mais especificamente a partir da Constituição Federal de 1934 em consonância com as primeiras medidas a respeito dos Direitos do Trabalho em linhas gerais.

O esquema abaixo servirá ao leitor para uma melhor visualização das transformações no que se refere aos Direitos do trabalho na história brasileira:

QUADRO 2 - Direito do trabalho da mulher:

Período	Evolução do aparato legal dos direitos trabalhistas para mulheres
1932	Surgimento de decretos que ampare o trabalho feminino, o decreto de número 21.417A, de 17/05/1932.
1934	Constituição Federal brasileira de 1934 versa questões sobre a discriminação salarial entre os sexos e descanso depois do parto.
1937	Constituição Federal proibia o trabalho feminino em empresas insalubres.
1943	Editada a CLT constando a proibição do trabalho noturno para mulheres menores de 18 anos.
1946	Proibida a diferença salarial por alegação devido ao sexo. Garante descanso a gestante antes e depois do parto. Assistência hospitalar para mulheres em gestação. Assegurada a previdência para gestantes.
1967	A constituição Federal desse ano proibia a diferença salarial por sexo. Proibido o trabalho feminino em indústrias com um nível de insalubridade. Descanso com remuneração na maternidade, tanto antes como depois do parto sem intercorrências no salário. Assegurado o direito à aposentadoria para mulheres com 30 anos de exercício de trabalho.
1967	Instituído o decreto N° 229, de 28 de fevereiro de 1967, prevendo alterações na CLT, quatro semanas antes do parto e mais oito depois.
1969	Instituído dois decretos, o decreto N° 546, de 18 de abril de 1969, previa o direito ao trabalho da mulher em instituição bancária noturna. E o decreto N° 744, de 6 de agosto de 1969, permitido a mulheres em cargos de gerência e confiança.
1974	Passa a ser de responsabilidade da Previdência Social a licença-maternidade.
1984	Permitido o trabalho noturno para mulheres com mais de 18 anos por meio da lei N° 7.189 de 4 de junho de 1984.
1988	Nova Constituição Federal assegurou a licença maternidade por 120 dias. Não tinha descrito prevista a proibição do trabalho feminino em locais insalubres o que tornou o exercício permitido.
1989	Decreto de Lei n°7.855, de 24 de outubro de 1989 revistos os artigos que se proibia o trabalho noturno, revisou o que foi previsto em relação a trabalhos insalubres e especificaram, nos subterrâneos, atividades ligadas à mineração e ligados a obras em construção civil.

Fonte: As informações foram recolhidas do livro *Direito do trabalho* de Sérgio Pinto Martins; 1998. (p. 616-634)

O significativo avanço dos Direitos do Trabalho das mulheres no cenário brasileiro foi resultado das lutas sociais protagonizadas pelas mulheres. Ao mesmo tempo, também se torna mais uma forma em que o capitalismo vê como possibilidade a adesão de mais trabalhadores, leiam-se novas trabalhadoras aptas a vender sua força de trabalho. Ainda é mantido o papel feminino na esfera privada de dar subsídios ao homem trabalhador. Antes responsáveis restritamente pelo zelo da casa e dos filhos, passam a ter mais uma atribuição: de mulher trabalhadora, em uma jornada dupla de trabalho. O capital nesse sentido se coloca em lado oposto do trajeto em direção da emancipação feminina. Para ele, a condição da mulher estruturalmente em subalternidade e subserviência em relação aos homens e ao sistema, colaboram para perpetuação da produção e reprodução capitalista.

O trabalho doméstico, função considerada restritamente feminina, só passa a ser reconhecido como profissão a partir de 2015, com o projeto de lei N° 150 de 1° de Junho do mesmo ano, conhecida como “PEC das domésticas”. Mesmo com o reconhecimento legal do exercício da profissão, que não exime as mulheres das obrigações domésticas, há de se reconhecer que esses processos quanto os estigmas do lugar das mulheres são historicamente disseminados e difíceis de serem superados. O IPEA em 2017 registrou que as mulheres trabalham 7,5 por semana horas a mais em relação aos homens, 90 % das mulheres afirmaram desempenhar atividades não remuneradas, ou seja, as atividades domésticas, manutenção e zelo da casa, cuidados com os filhos.

Outro ponto há que se reconhecer à ativa e imprescindível participação das mulheres nas lutas por direitos, movimentação e participação política feminina no cenário brasileiro, inclusive para que o cenário se modificasse ao ponto da aprovação dos projetos de leis que mencionamos acima. Lutas essas que corroboraram organicamente para os avanços aos quais mencionamos anteriormente. Um marco a ser mencionado, seria o cenário da ditadura militar, a mobilização das mulheres também obteve grande destaque “[...] as regras autoritárias dos militares, que tinham por intenção despolitizar e restringir os direitos dos cidadãos e cidadãs tiveram como consequência a mobilização das mulheres, geralmente marginais na política” (SOARES, 1998, p. 13).

O regime da ditadura militar no contexto brasileiro, permeado por torturas a presos políticos, a homens, mulheres e crianças, provocou inquietações no movimento feminista, ao ponto de propagarem uma série de argumentos em denúncia à violência contra a pessoa e a violência contra as mulheres no contexto domiciliar (SOARES, 1998, p. 13). O que demarca o lugar de fala da movimentação feminina no período.

Nos anos 70, quando tínhamos a efervescência do movimento operário importantíssimo nessa época no Brasil, o movimento das mulheres se constituía enquanto a aparecimento do novo. As mulheres começam a aparecer nas lutas democráticas em diferentes setores em busca de consolidação da cidadania e pautas referentes às formas que o sistema econômico atua sob os setores em que estão submergidas (SOARES, 1998, p. 11). Percebemos que o movimento de mulheres, não somente pautam as questões específicas do contexto que o país atravessava, mas começam a pôr na agenda Brasileira as problemáticas das questões de gênero das quais, historicamente, estão sendo atravessadas.

No que tange o âmbito do trabalho, vale sinalizar o protagonismo das mulheres trabalhadoras, as mulheres marginalizadas na política e nos processos decisórios, começaram a pautar sua participação nas instâncias sindicais. Nesse momento, trabalhadoras urbanas e rurais começaram a tencionar a emergência de sua participação nas direções sindicais. O aumento de mulheres no mercado de trabalho foi concomitante com a sindicalização, remodelando a forma pela qual se mantinha a relação de mulheres e sindicatos. Porém, mesmo com a participação ativa das mulheres, ainda se mantinham subalternizadas nos sindicatos. Diz Soares (1998, p. 17): “Os sindicatos por muito tempo continuaram a não ver as mulheres como sujeito político e negando a singularidade de sua condição no âmbito das relações de trabalho”.

O que mudou um pouco o panorama, passo decisivo para o fortalecimento entre mulheres e sindicatos, veio das denúncias por parte do movimento das mulheres das discriminações de gênero no âmbito trabalho, a jornada dupla de trabalho feminino por omissão dos homens em relação às atividades domésticas e atribuição feminina de cuidados dos filhos, além das denúncias de assédio moral e sexual. O resultado disso se materializou na tentativa de implementação de políticas de gênero em centrais sindicais (SOARES, 1998, p. 17).

A partir do reconhecimento de que partimos historicamente de lugares diferentes, inclusive dentro da discussão de gênero, a divisão sexual do trabalho já conforma um traço de precarização do trabalho feminino. De maneira geral, sob a ótica de Vera Soares (1998) vemos um movimento contraditório onde as mulheres caminham para entrada volumosa no mercado de trabalho (com direção ao trabalho formal), mas ainda as mantêm concentradas nos “guetos profissionais¹⁰”, no caso das mulheres negras, sua grande maioria se encontra serviços domésticos mal remunerados. Trinta anos passados aos estudos de Soares (1998)

¹⁰Vera Soares, 1998, p 20.

vemos que o cenário se modifica. De acordo com o IPEA em 2017 o panorama tem mudado a partir do marco temporal de 1995 e 2015 (período demarcado pela pesquisa) vemos que 80 % das mulheres negras tem tido melhores rendimentos, enquanto a porcentagem em relação aos homens brancos teve um crescimento de 11%. Outro dado interessante a ser registrado, também segundo ao IPEA (2017) há menos mulheres negras jovens, mais novas que 29 anos, como trabalhadoras domésticas, esse número caiu em 35%, ou seja, nas últimas três décadas, cada vez mais mulheres negras começam a romper o ciclo de inserção no trabalho doméstico, que é predominantemente um tipo de trabalho precário e informal.

3. A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E VIOLAÇÕES DE DIREITOS NO BRASIL

O capítulo anterior apresentou algumas características sobre o trabalho para a constituição do ser social e evidenciou elementos intrínsecos aos homens em suas próprias formas de ser e reproduzir. Destacaram-se também os momentos históricos quanto à formação do capitalismo contemporâneo e relações sociais inseridas no Brasil dentro desse processo. Nesse caminho, trouxemos ao debate as características das relações de gênero já imersas no trabalho assalariado na realidade brasileira, bem como levantamos algumas indagações sobre a questão étnica/racial. Vistas essas críticas e reflexões mais gerais do âmbito do trabalho feminino, iremos agora conceber uma breve análise no que se refere à classe trabalhadora e às condições de trabalho.

É de nosso conhecimento que ao longo do curso da história, e não somente a brasileira, ocorreu a inserção de homens – homens e mulheres – dentro de circunstâncias laborais degradantes, alienadas e perversas. Antunes (2008, p. 1) considera que o equivalente a um terço da força de trabalho humana em atividade no mundo está submerso na atmosfera do trabalho precário, terceirizado, por vezes virtual, instável e temporário, ou ainda, em condições de desemprego. Com esse dado tem-se certa dimensão panorâmica de como os trabalhadores estão sujeitados a condições desfavoráveis a nível global.

3.1 A precarização do trabalho e o cenário brasileiro

A problematização a respeito da precarização do trabalho no território Brasileiro nunca se manteve ausente ao longo de sua história, contudo, tem sido mais largamente debatida na contemporaneidade¹¹. Especialmente nos últimos anos no contexto brasileiro tem-se tido discussões calorosas sobre o tema visto que, sobretudo nesta década (anos 2000 em diante), anda em curso nas instâncias governamentais, projetos de lei no âmbito da previdência e novas legislações do âmbito do trabalho.

¹¹Para Druck, o termo *Precarização Social do Trabalho* é um processo instaurado em dimensões econômicas, sociais e também no âmbito político. Esta precarização moderna se qualifica por meio da “instabilidade, insegurança, de adaptabilidade e de fragmentação dos coletivos de trabalhadores, destituição do conteúdo social do trabalho.” O trabalho precário, em múltiplas facetas, (adoecimento em decorrência do trabalho, terceirização, desregulação e flexibilização das leis do trabalho) terá um sentido mais ampliado assim assume um processo, historicamente, que dá unidade a classe trabalhadora. (DRUCK, 2011, p. APUD, DRUCK, 2007, p.19-20).

A intensificação do processo de precarização social do trabalho (em suas múltiplas vertentes) fez emergir questões já conhecidas no ponto de vista das formas precárias de trabalho que acabam culminando objetivamente em violações de direitos humanos¹². Tais reformas têm tido grande apoio do empresariado e da grande mídia no início do século XXI, tendo em vista que as mudanças propostas contribuem para o crescimento das empresas (redução de custos) e traz benefícios acerca do acúmulo do seu capital, por outro lado, a classe trabalhadora sofrerá retrocessos trabalhistas por ventura das medidas ocasionarem regressões do direito do trabalho e das formas de regulação.

Frisamos que não se trata aqui de analisar a realidade brasileira de maneira isolada, pois considerarmos que ao longo da história o capitalismo, embora tenha sofrido crises cíclicas, se regenera em dada particularidade histórica. Aqui, caminharemos para debruçar sobre uma crise endêmica do capital, dotada do encontro de velhos e novos problemas no contexto brasileiro atualmente em 2019.

Zilas Nogueira (2017, p. 7) sinaliza que o Estado brasileiro no ano de 2016 arrecadou via impostos cerca de 2 trilhões de reais em bens produzidos no país. Deste montante ficou em posse do governo federal cerca de 1,22 milhões e o valor remanescente se destinou aos municípios brasileiros. Segundo a referida autora essa arrecadação, em resumo, se destina a aparelhos de manutenção oferecidos a população, são eles os programas sociais e de infraestrutura. Além disso, uma parte significativa é destinada a dívida brasileira, causadora de grandes especulações quanto a sua legitimidade¹³. Nogueira (2017) frisa que neste mesmo ano, chegou-se a destinar ao pagamento da dívida cerca de 42,4% de todo o orçamento Geral da União o que seria em espécie R\$ 962 bilhões de reais.

Mas por que é interessante a abordagem desses dados? Tal consideração se efetua para que se entenda o modo operante do Estado, na medida em que corresponde a responsabilidade de “[...] organizar a sociedade para que os interesses comuns sejam garantidos” (NOGUEIRA, 2017, p. 13). Muito embora saibamos a existência histórica de uma relação contraditória entre esses polos, a intervenção do Estado tem colaborado para a perpetuação da acumulação capitalista, a despeito da classe trabalhadora. Outros autores como Jessé Souza se dispuseram a fazer estudos sobre o tema, diz o autor:

¹² Segundo a declaração dos Direitos Humanos (2009) é o ideal comum aos governos para condução de posturas que possam assegurar os direitos humanos e as liberdades individuais e coletivas, incluem o direito à vida e à liberdade, à liberdade de opinião e de expressão, o direito ao trabalho e à educação, entre e muitos outros. A sua primeira versão foi proclamada em Paris, em 10 de dezembro de 1948 pela resolução 217 A (III).

¹³ Para mais adensar dados sobre a legitimidade da dívida externa brasileira Zilas Nogueira traz como sugestão aos leitores interessados o site da <http://www.auditoriacidada.org.br>, neste endereço há dados numéricos do contingente arrecadado pelo governo federal e de quanto é gasto com a dívida pública brasileira.

Todo o orçamento público e toda a arrecadação tributária, que é obtido onerando precisamente os mais pobres no Brasil segundo pesquisa do IPEA foram capturados para o serviço dessa dívida de origem obscura. Primeiramente, para especialistas do porte de um Amir Khair, que estuda o fenômeno há décadas, as dificuldades fiscais do país não têm relação com as despesas conjuntas da população em educação, saúde e previdência, como a mídia informa, mas sim com os juros altos e a alta taxa Selic. A conclusão de suas pesquisas informa que 98% do déficit do setor público têm a ver com os juros mais altos do mundo e só 2% é déficit nominal (SOUZA, 2017, p. 127).

Ao longo da história é sabido que o capital incorporou um conjunto de distintos padrões, todos eles a serviço da classe que detém os meios de produção a despeito da classe que vende sua força de trabalho. Esses padrões são frutos de fatores políticos, econômicos e sociais, regidos pelas suas próprias particularidades históricas. Porém, a classe trabalhadora aquela “que-vive-do-trabalho” tem sido protagonista de lutas de resistência em contraponto do que está posto (DRUCK, 2011, p. 41). Em resposta a essas lutas o capital por intermédio do Estado, tem disposto de instrumentos que assegurem a mão de obra para perpetuação da reprodução capitalista.

Como já mencionado anteriormente, a institucionalização dos direitos do trabalho que assegurem a situação laboral que os trabalhadores se encontram, são um dos instrumentos utilizados para a manutenção do capital. Hoje, devida as implicações do desenvolvimento da acumulação capitalista, já se fazem necessários outros instrumentos. Na era globalizada, sobretudo do ponto de vista do projeto neoliberal propagado mundialmente, notamos que o capital tem incorporado um ativismo desenfreado contaminando todos os campos da sociedade.

Tais características configuram o formato do trabalho atual e, dentro de uma perspectiva histórico-dialética, trazem novos e velhos elementos. Assumindo a intrínseca relação entre Capital e Estado, a mencionada reforma da previdência tem sido resultado da conjuntura política do país, o que culmina diretamente na precarização do trabalho. Para acrescentar a este debate introdutório, nos apoiaremos nas observações sobre o Estado brasileiro feitas por Graça Druck:

Há um fio condutor, há uma articulação e uma indissociabilidade entre: as formas precárias de trabalho e de emprego, expressas na (des)estruturação do mercado de trabalho e no papel do Estado e sua (des) proteção social, nas práticas de gestão e organização do trabalho e nos sindicatos, todos contaminados por uma altíssima vulnerabilidade social e política. (DRUCK, 2011, p. APUD, DRUCK, 2007, p. 19-20).

E não é atoa que destacamos aqui o papel do aparelho estatal dentro do processo de metamorfose do trabalho. Já vimos que a legislação brasileira para o trabalho ela foi destinada a garantia de alguns direitos sociais e trabalhistas, sobretudo com a conquista da CLT¹⁴. Todavia, reconhecemos que os ditos ganhos legais do direito do trabalho na verdade asseguraram o pleno funcionamento da dinâmica capitalista.

Atualmente, uma das principais razões que justificariam a escolha pôr contingenciamento dos gastos públicos em alguns segmentos, e nisso se insere o debate da reforma da previdência, é devido a uma reestruturação econômica uma vez que o Brasil se encontra em crise financeira, social e política. Essa justificativa tem sido amplamente divulgada pelos propositores da nova roupagem dada à previdência.

Atentamos a possibilidade de que não partam do âmbito meramente econômico, e ficará fácil ao leitor perceber com auxílio de mais algumas observações. Aquilo que delineia as medidas tomadas pelo governo brasileiro atualmente (em 2019) concerne substancialmente das práticas neoliberais a nível mundial e ao confirmar Pablo Gentili (2004), intuiremos que “[...] os governos neoliberais não só transformam materialmente a realidade econômica, política, jurídica e social, também conseguem que esta transformação seja aceita como a única saída possível (ainda que, às vezes, dolorosa) para a crise” (2004, p. 2). E é o que tem sido feito mundialmente, com o desenvolvimento do projeto neoliberal no globo.

A provocação aqui consiste em pensar no campo da crítica que não se trata de movimentos isolados e de fins tão genéricos. Haja vista, de forma muito objetiva, a porcentagem destinada à dívida brasileira antes mencionada, é quase o dobro do que é destinada a previdência social, a qual se encontra em reforma. Segundo dados do portal Auditoria Cidadã, a dívida pública brasileira mantém-se de forma legalmente duvidosa, ou seja, acredita-se que boa parte da soma de todas as riquezas produzidas tem sido usada de forma errônea e, por isso, não tem um direcionamento que contribua efetivamente para aqueles que de fato produzem.

Para discussão de tamanha problemática não podemos tecer análises olhando restritamente o presente, quando na verdade vieram de um processo do ponto de vista sócio

¹⁴ Em 2017, no governo Temer, foi aprovada a reforma trabalhista, com novos dispositivos para alterações na CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) em justificativa de modernização para Legislação do trabalho. Ao nosso olhar, representa um retrocesso para o país que impacta diretamente a classe trabalhadora. O projeto de lei traz indícios para a terceirização em todas as áreas, o que desencadeia um nível gigantesco em perda salarial, terceirização em bens e serviços públicos básicos, como saúde e educação; ocasiona também o aumento ao trabalho precário, consequentemente nos acidentes de trabalho. O projeto de lei se encontra disponível no site oficial do planalto.<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm>.

histórico. E é nesse sentido que notaremos tal qual são as fragilidades e impossibilidades de condições favoráveis para a classe trabalhadora, - de trabalho e emprego-, uma vez que, dentro desse movimento de desmonte dos direitos sociais e trabalhistas, se faz “[...] desmorrar a crença no progresso, nas possibilidades de emprego e de direitos sociais de longo prazo e num Estado protetor” (DRUCK, 2011, p. 43).

3.2 Precarização ¹⁵e violações de direitos trabalhistas

Druck (2011) considera que, ao se falar da precarização do trabalho, não se pode ter considerações apressadas, tampouco imediatistas. Contextualiza que as transformações que vem ocorrendo nos modos de gestão do trabalho no presente traz por consequência a forma precária a qual ele se organiza. A autora ainda sinaliza que não será possível tecer críticas ao tema sem que haja uma análise ancorada no materialismo histórico dialético. Dessa maneira, ainda que tenhamos aqui destacado o cenário brasileiro atual há elementos que antecederam e quando se trata de trabalho precário na contemporaneidade não se pode perder de vista os seus precedentes históricos.

Druck (2011) situa que a precarização do trabalho na verdade é um fenômeno “diferente e igual”. Diferente na medida em que se inserem novas características de dominação e reificação dada à conjuntura, ao mesmo tempo em que remontam antigas formas, que nunca foram superadas. Dessa maneira, leva-nos a suspeitar seu próprio processo de transformação, o labor tende a ter velhos e novos modos de precarização coexistindo. Vista por esse ângulo, a precarização se torna um elemento estrutural sob o ponto de vista do cenário brasileiro, que obtém um processo de desenvolvimento sem igual na atualidade.

Ao pensarmos nas condições reais e concretas de trabalho poderíamos listar o grau de informalidade, os vínculos precários, as taxas de desemprego, as condições de trabalho insalubres, o grau de rotatividade dos trabalhadores, a instabilidade trabalhista entre outros, porém carece de uma visão mais ampla a qual não se limita apenas a essas questões de forma restrita.

A precarização do trabalho se constitui, portanto, como um projeto de desmantelamento dos direitos do trabalho em nível mundial, expressas em lutas permanentes

¹⁵ O conceito que utilizamos de precarização abraça a ideia de um processo histórico que não se baseia apenas em um fenômeno do trabalho precário, mas algo indissociável do modo de produção capitalista ao longo da história, que independe inclusive de ser ou não um trabalho formal. Sobre isso indicamos ao leitor a dissertação de mestrado em Sociologia de autoria do Prof. Dr Bruno Durães: Trabalhadores de Rua de Salvador: Precários nos cantos do século XIX para os encantos e desencantos do século XXI.

entre a classe trabalhadora e a burguesia. O que fica de entendimento é que a busca central do capital é a retirada de todos os limites possíveis de exploração do trabalho que ultrapassem a condição humana, em função da extração da mais-valia, objeto de desejo do capital.

Tendo tomado a ideia de que há possibilidades restritas, os trabalhadores não veem outra opção se não a alternativa de consentir adesão de quaisquer vínculos de trabalho, “[...] afinal, ter qualquer emprego é melhor do que não ter nenhum” (DRUCK, 2011, p. 43). Nisso, o capital cria cada vez mais formas de concorrência e divisão dos trabalhadores (fragmentação), assegurando a submissão e subordinação do trabalho como única saída para subsidiar a existência dos próprios trabalhadores.

Dentro das condições reais de trabalho, neste estágio de desenvolvimento capitalista, a classe trabalhadora não vê estratégias para ruptura com a condição de precariedade. Leia-se precariedade como condição inerente ao modo de produção capitalista que, dada a suas particularidades, se modifica. Nesse sentido, existe um dito consenso social na medida em que não se encontram alternativas para a ruptura com o trabalho precário, sobre isso Graça Druck acrescenta:

O consenso se produz a partir do momento em que os próprios trabalhadores, influenciados por seus dirigentes políticos e sindicais, passam a acreditar que as transformações no trabalho são inexoráveis e, como tal, passam a ser justificadas como resultados de uma nova época ou de um “novo espírito do capitalismo (DRUCK, 2011, p.43).

Diante disso, a estagnação dos trabalhadores e recusa de recorrer a outros meios, vem por entender as mazelas que se encontram como fruto de uma nova época. Nessa condição, onde sistematicamente são desrespeitados os direitos elementares dos trabalhadores, a precarização se transforma a nível estrutural em uma dinâmica respaldada em uma lógica mercantil. Muito embora em um determinado momento histórico exista uma piora considerável, a precariedade do trabalho é algo indissociável dentro do modo de produção capitalista¹⁶.

Em suas maneiras, a precarização do trabalho é estrategicamente composta por elementos de dominação, “[...] como recursos para viabilizar um grau de acumulação sem

¹⁶ Importante que se considere que o capital insere novas formas de precarização do trabalho, a exemplo disso temos os serviços de aplicativos de entregas (Rappi, Ifood) e serviços de transporte (Uber, 99). Julia Dolce (2019), em entrevista para revista EXAME, apresenta um debate interessante de como para as mulheres ainda podem ser mais perversos esse tipo de trabalho por aplicativos ou digital. Disponível em: < <https://exame.abril.com.br/carreira/o-lado-sombrio-do-trabalho-para-aplicativos-e-como-e-pior-para-mulheres/>>. Sobre trabalho virtual indicamos ao leitor “O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital” de Antunes (2018).

limites materiais e morais” (DRUCK, 2011, p. 1). Druck (2011) enfatiza o momento transitório de crise do modelo fordista no século passado para a acumulação flexível, elemento característico do capitalismo contemporâneo. Nela existe a procura de superação da crise dentro do desenvolvimento capitalista regido pelo padrão fordista. É nessa nova dinâmica em que se inserem os valores construídos já conhecidos e caem no esquecimento crença no progresso, a esperança de emprego ou Estado protetor (DRUCK, 2011, p. 44), diz a referida autora:

Assim, não é mais o padrão da sociedade do pleno emprego, mas o de uma sociedade de desempregados e de formas precárias de trabalho, de emprego e de vida que passa a predominar também onde se tinha atingido um alto grau de desenvolvimento econômico e social, a exemplo dos países que tiveram as experiências dos Estados de Bem-Estar Social (DRUCK, 2011, p. 43).

Em síntese, é na acumulação flexível, intrínseca ao capitalismo contemporâneo, em que se gestam profundas transformações nas características do trabalho. Tais modificações são vindas da ruptura com o padrão fordista¹⁷, e se fundam na flexibilização e a precarização do trabalho, tidas como exigências do processo de financeirização da economia, viabilizam a mundialização do capital num grau nunca antes alcançado (DRUCK, 2011, p. 42). Dessa maneira é que:

[...] à flexibilização e à precarização do trabalho, se metamorfoseiam, assumindo novas dimensões e configurações. O curto prazo – como elemento central dos investimentos financeiros – impõe processos ágeis de produção e de trabalho, e, para tal, é indispensável contar com trabalhadores que se submetam a quaisquer condições para atender ao novo ritmo e às rápidas mudanças (DRUCK, 2011, p. 42).

O grau desacerbado de intensificação trabalhista, resultado da flexibilização do trabalho, instaura um intenso movimento de cobrança a classe trabalhadora. Essa cobrança vem para o cumprimento de demandas em detrimento da acumulação capitalista que, atualmente, não mais atendem a produção em massa, mas induz respostas imediatistas em função da produção de curto prazo. Diante disso fica notável que esse mecanismo de cobrança produtivista já não é o mesmo do modelo fordista, assume nova forma de gestão do trabalho, contudo:

Novos processos de trabalho emergem, onde o cronômetro e a produção em série e de massa são ‘substituídos’ pela flexibilização da produção, pela

¹⁷ Fordismo: Antecedeu ao toyotismo, era o modelo hegemônico para a gestão do trabalho instituído, sobre isso ver David Harvey (1999) e Gounet (1999).

‘especialização flexível’, por novos padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação da produção à lógica do mercado (ANTUNES, 2006, p. 34).

Assim, a diferenciação de um modelo para outro se faz ao passo que o modelo atual (toyotismo) utiliza a flexibilidade¹⁸ como pilar para a extração de mais valia, a despeito do anterior modelo, em que à produção em massa era seu principal artifício. Conforme Zilmar, pesquisadora e estudiosa das relações de trabalho na indústria calçadista na Bahia, considera que é a flexibilização, no modo toyotista, que é atribuída a “[...] força de trabalho de modo flexível” que resulta na “[...] disposição para atender às necessidades do mercado” (SILVA, 2017, p. 56). Leia-se necessidades não somente as que se fazem no nível do plano objetivo, mas também subjetivo (logo, um impacto objetivo e subjetivo de forma conectada). Nesse sentido, o presente estudo que nos propomos a fazer da indústria calçadista, se faz pertinente na medida em que:

Hoje, temos um tipo de calçado para diferentes momentos do dia. O sapato para ir à escola raramente serve para ir à balada à noite, e este não é o mesmo para a prática do esporte ou da malhação, que difere do calçado para ir ao mar dar um mergulho. As coleções mudam com as estações do ano (‘coleção outono inverno’). E a cada estação, novas tendências são impostas, novas cores, novos estilos. A diversificação do produto tem especialmente as mulheres como o alvo. (SILVA, 2017, p.55).

Notemos que assim emergem inúmeras necessidades gestadas de forma desenfreada nesta fase do capital, sobretudo, no setor de calçados. Estas necessidades, por outro lado, foram incorporadas por outro fator muito característico do modelo toyotista, o elevado grau de rotatividade da mercadoria, ou seja, uma mercadoria agora será mais facilmente descartada por outra.

Para isso Zilmar (2017) considera que o tempo de vida útil de uma mercadoria, neste estágio de acumulação flexível, será reduzido quase que a metade (SILVA, 2017, p. 55). Tal fato tem sido paulatinamente executado pela indústria calçadista, tanto no que tange o produto final quanto aos instrumentos que serão necessários a produção desse produto. Por isso, na medida em que se muda o tipo de calçado, é indispensável que se mude também os processos, então:

[...] para cada modelo a ser produzido tem-se um layout, a cada mudança de modelo muda-se também a disposição do maquinário e dos trabalhadores. E

¹⁸ Bourdieu (1998) ler a flexibilidade como fruto das políticas econômicas neoliberais. Entende que é atribuído ao termo a função de "desmantelar a rigidez dos mercados financeiros", ou em "fazer um esforço de flexibilização dos mercados financeiros". (BOURDIEU, 1998, p.40).

como a produção é por demanda e é diversificada, não mais por estoque e não mais padronizada, ocorre que às vezes em um dia os operários são forçados a produzir até 30, 40, ou mais modelos diferentes de calçado (SILVA, 2017, p. 56).

Em vista disso, o trabalhador, que já não dispunha do domínio de todos os processos da confecção da mercadoria, agora terá de si desdobrar para produzir em condição de atender a essas demandas de novos padrões e novos modelos todos ao mesmo tempo, em curtíssimos prazos.

Contudo, ainda que tenhamos a consciência de classe trabalhadora, há de se reconhecer que não estamos falando de uma classe trabalhadora homogênea, apesar da lógica do capital de sempre tentar homogeneizar para dominar. Ao contrário, tratam-se de homens reais, encharcados de subjetividades que em sua natureza os tornam únicos e por consequência disso, em essência, diferentes. Nisso também salientamos que as repercussões em suas trajetórias da precarização trabalhista tendem a ser igualmente distintas, levando em consideração suas trajetórias mais subjetivas.

3.3 Implicações da precarização do trabalho

A precarização das formas trabalhistas disseminam valores e utopias para toda a estrutura social (LOURENÇO, 2008, p. 2). As marcas ocasionadas pela degradação dos trabalhadores transcendem em dimensões materiais da vida, ou melhor, expõe o indivíduo a uma anulação de suas próprias subjetividades. Nesse movimento de manipulação dos seus próprios corpos, homens e mulheres são tomados por uma força externa a eles próprios, que incorpora padrões, signos e formas de organização social.

Queremos aqui chamar atenção a uma questão que será preciosa para entender as questões das repercussões da precarização no âmbito do trabalho e como a sociedade moderna também impacta na vida e nos corpos.

Michel Foucault (1977) considera que, a partir do momento em que relação do poder ao corpo se dá em simples fenômenos como o culto ao belo, da ginástica, da nudez, dos exercícios, surtiu o desejo no plano subjetivo e segundo ele de um trabalho “insistente, obstinado, meticuloso”. Ao mesmo tempo, para Foucault, o desejo traz consigo a reivindicação do próprio indivíduo com o poder ao próprio corpo e nesse descompasso, do

que se deseja em relação a si e o que está injetado socialmente ao próprio corpo que “[...] o poder penetrou no corpo, e encontra-se exposto no próprio corpo” (FOLCAULT, 1977, p. 83).

Esse é o quadro sobre o qual está desenhado o fenômeno da precarização do trabalho na condição humana, a respeito disso Bourdieu (1998) percebe que: “A precariedade se inscreve num modo de dominação de tipo novo, fundado na instituição de uma situação generalizada e permanente de insegurança, visando obrigar os trabalhadores à submissão, à aceitação da exploração” (BOURDIEU, 1998, p. 75).

Retomando a discussão, notaremos que ela (a precarização) incide na vida em uma condição de domínio concedido através do poder. Os sacrifícios feitos pela “classe-que-vive-do-trabalho” (Antunes, 2000), sejam eles por ventura do cumprimento de regras no chão da fábrica, ou pela inserção em uma condição de trabalho visivelmente insalubre, são resultados do poder exercido sobre os seus corpos e, porque não dizer, em suas vidas.

Nesse caminho, entende-se que o que se apresenta ao problema é a sensação de imprevisibilidade do futuro, uma vez que já está instaurado a instabilidade laboral. Como se fosse construída uma “mentalidade coletiva” solidificada sem vistas a resolução. Nisso, a classe trabalhadora enxerga imprecisa suas próprias vidas, como acrescenta Bourdieu (1998):

A precariedade afeta profundamente qualquer homem ou mulher exposto a seus efeitos; tornando o futuro incerto, **ela impede qualquer antecipação racional e, especialmente, esse mínimo de crença e de esperança no futuro que é preciso ter para se revoltar**, sobretudo coletivamente, contra o presente, mesmo o mais intoleráveis (BOURDIEU, 1998, p. 72, grifos nosso).

Em continuidade, ainda pelos destaques do autor, este afina a compreensão do enredo da precarização e supera a certeza de que somente alguns são comprometidos, pois compreende que “[...] aqueles por ela afetados diretamente se acrescentam os efeitos sobre todos os outros que, aparentemente, ela poupa” (BOURDIEU, 1998, p. 72). O que se cria, a partir disso, é um projeto de desmobilização, fragmentação e acomodação da classe trabalhadora fruto também do domínio proporcionado pela ameaça social dos próprios efeitos da precarização do trabalho.

Ademais, o fator estruturante das relações de trabalho é a ameaça à condição extrema de não está inserido ao mercado, o que também configura e dá significação a precariedade do trabalho. Deste modo, designa ao trabalhador, no plano subjetivo e objetivo, uma “[...] condição social fragilizada, ou de desfiliação social” (DRUCK, 2011, p. 43). Tais circunstâncias cria no indivíduo uma sensação de profunda insegurança. Por esse ângulo

intimida aos próprios trabalhadores instituídos, na medida em que se tenha a certeza de tantos outros trabalhadores aptos a vender sua força de trabalho, o que para Bourdieu (1998) significa dizer que:

A existência de um importante exército de reserva, que não se acha mais apenas, devido à superprodução de diplomas, nos níveis mais baixos de competência e de qualificação técnica, contribui para dar a cada trabalhador a impressão de que ele não é insubstituível e que o seu trabalho, seu emprego, é de certa forma um privilégio, e um privilégio frágil e ameaçado (BOURDIEU, 1998, p.73).

Do ponto de vista das resistências e insatisfações quanto às condições que estão submersos essas são demonstradas por meio de várias greves e paralisações no contexto brasileiro. Vemos aqui que as resistências e lutas possíveis de serem feitas, do ponto de vista de sua concretude, porém o que temos é uma desarticulação propositada pelo avanço da lógica neoliberal. Ao mesmo tempo em que se torna desarticulada ocasionando o agravante do problema a classe trabalhadora, resultado de estagnação impregnada ao proletariado por ventura da sua própria condição, uma vez que possuem o mínimo de garantia e seguridade para se almejar uma mudança real para um futuro (BOURDIEU, 1998, p. 73).

E é nessa condição que o trabalho que, mesmo que danoso aos seus corpos, termina sendo também almejado, como diz Bourdieu (1998, p. 74): “[...] se torna uma coisa rara, desejável a qualquer preço, submetendo os trabalhadores aos empregadores e estes, como se pode ver todos os dias, usam e abusam do poder que assim lhes é dados”.

No Brasil, o IBGE, em abril de 2019, registrou um número de 13,4 milhões de pessoas se encontram em busca de emprego. Conforme os dados do IBGE, em 2018 cerca de 13,1% da população brasileira se encontrava, no mesmo ano, em condição de desemprego. Ainda segundo dados do IBGE, as porcentagens anuais de 2015 ao ano de 2019, ao longo dos anos obtiveram uma íngreme elevação da desocupação do cidadão brasileiro, em relação a esse destaque temporal.

Neste caso específico, vemos como estão colocados aos trabalhadores poucos postos de trabalho, tendo em vista o grande contingente de trabalhadores desempregados. Cientes que vidas humanas sobrevivem a partir da categoria trabalho, perceberemos com auxílio desses números, qual se configura em termos de estrutura a condição do trabalhador brasileiro.

A fim de fornecer ao leitor alguns indicadores, apontamos que, segundo pesquisas da OIT (2017) mais de 40 milhões de pessoas foram vítimas da escravidão moderna¹⁹ no mundo em 2016, e chega uma porcentagem de 71% de mulheres e meninas, o que potencializa uma série de negligências ocasionadas as mulheres trabalhadoras, o trabalho infantil e, também, em relação aos homens trabalhadores em nível global. Os indicadores sociais, em essência, são apenas um espelho em síntese da realidade, amostras carregadas de percepções da sociedade sobre si e para si, ainda que não se transmute todo o complexo da realidade (DRUCK, 2011, p. 39).

¹⁹ Segundo a OIT em relatoria de 2012, descreve a escravidão moderna, também chamada de “trabalho forçado”, engloba práticas tradicionais de trabalho forçado, servidão e análogas ao modo escravista, se justifica por dívidas, e outras formas de trabalho, à exemplo o tráfico de pessoas. Fere a dignidade da vida humana, contradiz as condições de trabalhos que se espera ao trabalhador e compromete a sua vida. Aos leitores interessados, mais dados como estes se encontram no endereço: <<https://www.ilo.org/global/topics/forced-labour/definition/lang-en/index.htm>>.

4. ESTUDO DE CASO: COTIDIANO DAS TRABALHADORAS DE UMA FÁBRICA CALÇADISTA NO INTERIOR DA BAHIA

O debate teórico e a análise bibliográfica até o momento tem nos proporcionado dimensionar as características em que se inserem o trabalho feminino e suas especificidades, bem como explicitar as intercorrências advindas do labor nas subjetividades das mulheres trabalhadoras. Nesta última sessão nos comprometemos a trazer o estudo de caso e evidenciar os achados de nossa pesquisa qualitativa. Para isso o lócus escolhido para pesquisa, como já mencionado, foi o setor calçadista, levando em consideração a atuação quase que majoritariamente feminina.

No percurso de coleta de fontes bibliográficas que abarcassem análises sobre o trabalho e adoecimento mental, em pesquisa na plataforma *Scielo*, com uso das palavras “adoecimento mental e trabalho” foram encontradas aproximadamente 20.600 resultados. Em uma leitura rápida dos enunciados, em linhas gerais, a maioria voltada ao campo da psicologia. Ao utilizarmos as aspas para pesquisa "adoecimento mental no trabalho" verificamos que foi encontrado apenas um escrito: "Preditores da síndrome de burnout em docentes do ensino privado²⁰", de autoria Patrícia Dalagasperina e Janine Kieling Monteiro (2014). Exceto a este último destaque, o nosso compromisso já não é o mesmo, norteia-se na perspectiva das configurações sócio-históricas do trabalho, de forma específica: o trabalho das mulheres e suas repercussões no campo da saúde mental.

A atribuição de que se destinam certas atividades às mulheres, de maneira restrita, como mencionado no capítulo I deste escrito, nos guiou a escolha pelo setor calçadista, um campo ainda em maioria ocupado por mulheres. A produção calçadista é segregada por fruto da divisão sexual do trabalho cada um dos setores possuem suas atribuições (SILVA, 2017, p. 222), mas, de maneira geral, notamos que linhas gerais são mais femininas. Ademais, também optamos pela pesquisa desse setor por ser um setor com impacto econômico na cidade em que está instalado.

Retomando, neste estudo optamos por mulheres do interior da Bahia, ex-trabalhadoras de uma mesma fábrica industrial, localizada no interior baiano, na cidade de

²⁰Trata se de um estudo sobre a categoria docente, principalmente, no que se refere à adesão da síndrome de burnout que tem acometido muitos desse segmento. A síndrome é ocasionada pelo estresse, nisso reconhecemos que o estudo também é atravessado por um debate profundo dos processos de trabalho da categoria e as interferências na vida desses trabalhadores. (DALAGASPERINA, MONTEIRO, 2014, p. 265).

Amargosa. Utilizamos das narrativas trabalhadoras não mais inseridas na produção de calçados, para que tivéssemos mais subsídios para desmiuçar às repercussões do exercício do trabalho em suas vidas e para que pudessem rememorar o que viveram após terem passados pela situação de trabalho, pois achamos que seria necessário um distanciamento dos fatos ocorridos para fazerem uma reflexão menos influenciada pela vivência presente do trabalho.

A amostra coletada é não probabilística e utiliza a metodologia bola de neve (*snowball*) como dito antes, requerida usualmente para abordagens que não se exija grandes quantidades ou que tenha certo grau de dificuldade para acesso a entrevistados. Neste caso, optamos por esse método, pois entendemos que o debate que trilhamos exige uma análise muito mais qualitativa, e por perceber que o processo de coleta das entrevistas seria mais viável desta maneira, devido se tratar de ex-trabalhadoras.

Seguindo os postulados da pesquisa qualitativa, buscamos interpretar questões específicas do dizer das trabalhadoras por meio de 4 entrevistas semiestruturadas, gravadas (em áudio) e posteriormente transcritas para serem tratadas/analizadas. O tempo médio desde o contato inicial com a primeira entrevistada até a última levou cerca de um mês e ocorreram nos meses de maio a junho de 2019. A escolha das trabalhadoras se fez na medida em que uma indicava outra desde que obedecesse apenas a um requisito, que tivessem a partir de cinco anos de experiência profissional dentro da indústria devido a conter um grau de experiência suficiente para análise.

O questionário de entrevista (Apêndice I) contou com quarenta e uma perguntas, divididas em quatro blocos foram eles: Bloco I: Questões sobre o processo de trabalho, condições de trabalho, acidentes, tempo de serviço e saída do trabalho; Bloco II: Questões sobre o adoecimento; Bloco III: Questões subjetivas sobre o estado emocional; Bloco IV: Questões posteriores ao trabalho na Fábrica. O questionário poderia ser aplicado em dois momentos (quando fosse necessário), para que não ocorresse um esgotamento das respectivas entrevistadas, e qualquer momento durante a aplicação, a entrevista estaria passível a interrupção se ocasionasse incômodo ou desconforto as entrevistadas. Não houveram intercorrências na aplicação do questionário de entrevista, para todas a entrevistadas. Dessa forma, aconteceu apenas em um momento para todas. Em hipótese alguma foi ou será divulgada qualquer informação que possa levar a identificação das entrevistadas, a fim de assegurar o anonimato de cada uma delas.

Exporemos trechos das entrevistas utilizando o nome “Tulipa” para destacar cada uma das entrevistadas, a fim de manter as suas identidades em absoluto sigilo. O nome escolhido origina de uma flor, cultivada originalmente na Ásia Central, na Turquia, foi inspirado na

palavra turco-otomana *tülbend*, posteriormente afrancesada para *tulipe*, significa turbante, pois seu formato se assemelha a um. A escolha se deu pela simbologia histórica, cultural e ancestral que carrega o turbante, pela beleza incomparável dessa flor e pelo conjunto dessas duas assertivas, ambas refletidas nessas mulheres as quais contamos traços de suas vidas, símbolos de resistência.

Foi feita a leitura e análise dos discursos das entrevistas a fim de traçarmos um perfil das trabalhadoras. A Tulipa 1 é natural de Amargosa, tem 37 anos, autodeclarada parda, solteira. É filha de lavradores, ambos analfabetos. Mora atualmente em Amargosa, em casa própria e divide as despesas com o companheiro (namorado), que atualmente não trabalha. A entrevistada não tem filhos, possui o ensino médio completo. Manteve vínculo empregatício com a empresa por 9 anos, e a 5 anos e meio está fora da empresa. Logo após cinco meses de sua saída, inseriu-se no mercado de trabalho no comércio formal de Amargosa, ainda permanece no exercício da função. De nossas entrevistadas é a única que voltou ao trabalho (uma em quatro).

A tulipa 2, também natural de Amargosa, amargosense, reside em Amargosa, 38 anos, autodeclarada negra, solteira, tem 2 filhos (9 anos e 22 anos) de seu primeiro casamento. É filha de lavradores rurais de regiões próximas ao município de Amargosa, seus pais são analfabetos. Relata não ter conseguido inserir-se em outro mercado de trabalho devido às lesões físicas sofridas (hérnia de disco na coluna, LER nos braços e ombros) ao longo dos 12 anos de serviço na indústria sua saída da empresa já dura 7 anos. Possui o ensino médio completo, hoje é estudante universitária. Mora com a mãe, seus filhos e mais quatro pessoas, totalizando oito. Colabora com as despesas da casa através de auxílio assistência o qual é contemplada pela Universidade em que estuda.

A tulipa 3, nascida em São Paulo, reside em Amargosa, 39 anos, se identifica enquanto parda. Possui o ensino médio completo, desempenha a função de dona de casa, não trabalha fora de casa. Reside atualmente com os dois filhos (12 anos e 17 anos) e o marido em residência própria. É filha de dona de casa (ensino fundamental incompleto) e comerciante (analfabeto). Trabalhou por 12 anos na indústria, saiu a 9 anos.

A tulipa 4, é natural de Salvador, tem 47 anos, ensino médio completo, casada, autodeclarada negra. Não trabalha hoje em dia, optou por cursar universidade. Mãe de dois filhos (22 e 31 anos). Hoje reside em casa própria com esposo e filha, mantida pelo esposo, com bolsa família e auxílio assistencial da universidade a qual está inserida. Trabalhou por 12 anos na empresa, sua saída já chega a 8 anos.

Embora não tenha sido propositalmente estipulado o critério de escolha de mulheres negras para serem entrevistadas, tivemos quatro mulheres autodeclaradas negras (pardas e pretas), o que, para nós, tornou um estudo além da questão de gênero, também atravessado pelo recorte racial.

Apresentaremos nessa sessão trechos das falas das entrevistas em conjunto com análises do trabalho inseridos nas fábricas calçadistas, condições de trabalho e processos de trabalho na empresa e, posteriormente, algumas análises sobre o adoecimento mental. Também pontuaremos as insatisfações das mulheres trabalhadoras dentro da fábrica e o que ocasionou sua saída.

Daremos início situando à cidade de Amargosa, interior baiano, que escolhemos para pesquisa. Para isso retomamos o debate de Yasuí e Lima (2014) sobre a perspectiva de território, para eles “[...] a ideia de território transitaria do político para o cultural, das fronteiras entre povos aos limites do corpo e ao afeto entre as pessoas” (p. 597), norteados por essa premissa, decidimos trazer primordialmente um apanhado geral pra nortear o estudo de caso, não objetivamos trazer dados sobre a indústria que as entrevistadas estabeleceram vínculo empregatício, mas trazer elementos do lugar que se situa para nosso estudo.²¹

4.1 Cotidiano de trabalho em Fábricas Calçadistas

Segundo Andrade (2015), a inserção da indústria de calçados na Bahia acontece a partir de 1960, em primeiro momento de forma artesanal por empresas em pequeno porte, e partir de 1990 se desenvolve na medida em que se deslocam fábricas do sul e sudeste para Bahia, em consonância com desenvolvimento de diferentes programas que envolviam o desenvolvimento econômico na região. (ANDRADE, 2015, p.70).

Amargosa, cidade onde foi realizada essa pesquisa, a instalação da indústria do setor calçadista acontece neste período, mais especificamente, de início da segunda metade década de 1990. O município fica situado no Vale do Jiquiriça, fica cerca de 3 h 39 min (241,1 km) via BR-324 e BR-101km da capital da Bahia, Salvador, como falado antes. Reconhecida enquanto cidade em 1891, pelo governador da Bahia na época, José Gonçalves da Silva.

²¹ Não é objetivo desta pesquisa abraçar a análise sobre esta indústria na qual as entrevistadas estavam inseridas. Tal recusa se justifica pelo resguardo a identidade das entrevistadas, dessa forma decidiu-se não tratar nominalmente da empresa que as trabalhadoras mantiveram vínculo de trabalho. Compreendermos que esse objeto de estudo tem caráter subjetivo, ou seja, mexe diretamente com sofrimentos das pesquisadas, diante disso decidimos ter esse cuidado.

Com o passar dos anos a cidade passa a se desenvolver em atividades voltadas a agricultura e também comércio local e com a inserção da Universidade no município ganha outro dinamismo, sobre isso diz Andrade (2015):

Atividades baseadas na pecuária e agricultura familiar movimentam o setor econômico, de acordo com Lins (2008), a economia do município nas últimas décadas têm se voltado para a pecuária leiteira e pequena produção de culturas de subsistência, tais como a mandioca, banana, fumo, amendoim, café e cacau, outros vetores de transformação econômica são apontados como o turismo e a implantação do campus da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB (p. 77).

Ainda que se tenha o desenvolvimento de tais atividades notamos, por meio das falas, que a indústria se apresentava como uma possibilidade devida à estabilidade proporcionada em virtude do vínculo solidificado com a empresa e, principalmente, por oferecer um salário mínimo com carteira de trabalho assinada e direitos trabalhistas. Todas as quatro entrevistadas responderam de maneira similar quando perguntadas o porquê de se inserir na indústria.

Sinalizamos que se trata de trabalhadoras que ingressaram na empresa, pelo menos duas delas, a partir dos anos 2000. A alternativa de adentrar na empresa se justificava por poucas ofertadas de emprego no município de Amargosa, somente se encontra trabalho no comércio local que, segundo as narrativas, não se tem a remuneração de um salário mínimo. Para as quatro entrevistadas, a implantação da fábrica de calçados abriu um campo de trabalho e possibilidade para os moradores da cidade, logo, reconhecem que existe uma importância econômica.

Amargosa, atualmente, conta com um número de 37.031 habitantes segundo dados do senso do IBGE em 2018, como informado. Ainda segundo o IBGE o salário médio mensal, até o último senso, era de 1.5 salários mínimos. O contingente de pessoas ocupadas em relação à população total era de 9.7%. Se for comparada com outros municípios da Bahia ocupava as posições 324 em um número geral de 417. A renda por domicílio chegava a uma média de meio salário mínimo por pessoa, cerca de 46.7% da população nessas condições, o que o colocava na posição 332 de 417 dentre as cidades do Estado e na posição 1925 de 5570 dentre as cidades do Brasil. Esses números explicam o porquê da inserção das entrevistadas na fábrica, pois era uma questão de necessidade/de sobrevivência diante de uma cidade com poucas opções de trabalho com salário mínimo.

Do ponto de vista estrutural, Vera Soares (1998)²² nos dirá que o lugar de chefes de família tem sido ocupado, cada vez mais, pelas “[...] mais pobres entre os pobres não porque sejam mulheres sem maridos, mas provavelmente porque são mais velhas, negras ou mulatas²³ e como tal estão diante de alternativas de trabalho piores do que os homens” (p. 20). Comprovamos a partir das narrativas que parte das pesquisadas assumiam o lugar de chefes de família, ainda que se tenha a colaboração masculina em suas casas, a maior renda da casa era fruto do seu trabalho no chão da fábrica, também de seu orgulho pessoal por dela ter adquirido ganhos materiais, ou seja, de certo modo, trabalhar na fábrica era uma questão de status social. Notamos isso a partir de fragmentos como: “devo tudo o que eu tenho à fábrica”, “não tinha outro jeito, eu tinha que trabalhar”, “eu matinha a casa, agora não posso mais”.

Para Silva (2017) o trabalho desempenhado em fábricas calçadistas, é basicamente um trabalho repetitivo com grande carga de cobrança por prazos apertados e em decorrência disso é intensamente controlado. Disserta que as condições tem tido grande índice de insalubridade, o que propicia “[...] ambiente agressivo à saúde dos que trabalham” (p. 222). O dinamismo da empresa funciona a partir da divisão das funções através da divisão do trabalho (MARX, 2002).

As entrevistadas nos relataram que, na estrutura geral da empresa, se tinha três grandes galpões que se davam nome de fábrica 11, fábrica 12 e fábrica 13. Duas das entrevistadas trabalhavam no setor responsável pela costura dos calçados, a fábrica 12, e duas ficavam alocadas na fábrica 13, todos três setores de múltiplas tarefas, ambas realizavam a operação de virar as palminhas e passar a cola no entorno do calçado. Notamos através das entrevistas certa flexibilidade nas funções, ou seja, não necessariamente a trabalhadora desempenhava apenas uma operação.

Quando perguntamos como era divididas as funções dentro das respectivas fábricas, nos relataram que funcionava da seguinte forma: primeiro procedimento executado no calçado era o corte, depois do couro ser cortado e moldado é distribuído para o setor da palmilha, onde se faz o “virado” da palmilha e passa-se a cola (se o calçado tiver palmilha). Depois passará para a pré-costura e em seguida a costura final do calçado, setor de mais mulheres²⁴. Concluída essa etapa passará para a montagem e o acabamento, depois para expedição onde

²²Registramos que no capítulo 2 fizemos uma consideração importante sobre o panorama das mulheres negras no âmbito do trabalho doméstico atualmente, porém tratamos de ex-trabalhadoras que estavam inseridas que no mínimo saíram da empresa a 5 anos e meio.

²³Termo utilizado pela autora Vera Soares, existem discussões sobre o surgimento da termologia, pois ela é derivada da palavra “mula”, animal. Ainda que tenhamos avançado nessa discussão, há de se reconhecer que o texto foi escrito em 1998.

²⁴Nesse registro vemos um espaço demarcado à função feminina voltado a “delicadeza” da mulher, diferentemente dos homens que desempenhavam funções mais “braçais”.

será empacotado para o despacho. Na montagem, onde era exigida mais força nos procedimentos, era composta por mais homens.

Em todas essas etapas se utilizavam de produtos químicos (solvente, limpador, cola fixadora) responsáveis pelo o tratamento do couro. O uso dos produtos dependia exclusivamente da necessidade de seu uso dado o tipo de calçado. Nesse relato, descrito pela Tulipa 4, ela nos disse que o uso de máscaras e protetores de ouvido não era obrigatório, mas era utilizado, também nos relata que ocasionava “falta de ar”. Vemos aqui que o trabalho excessivamente desgastante era acompanhado pelo uso de produtos químicos para o tratamento do couro, expondo as trabalhadoras e trabalhadores a riscos (insalubridade), como se constata a partir da fala da Tulipa 4:

“O cheiro da cola e dos produtos, por exemplo, abaixou minha imunidade com os anos. Os calos que eu fiz, pelo couro ser duro, eu tinha que furar com agulha pra poder trabalhar, isso tudo pra deixar a palmilha sem nenhuma ruga. Já teve dias do chefe furar com a agulha. E o mais grave foi a minha lesão no braço que me impossibilitou trabalhar até hoje.” (SIC) (2019).

Analisando-se esse relato no contexto da entrevista, percebemos como ocasiona danos à saúde física das trabalhadoras, uma vez que a sua exposição dura toda a sua jornada diária de trabalho e leva a crer que perpassou toda a sua vida. Constatamos que eram 8 horas de trabalho exercidas, chegando até 12 horas de trabalho pelas horas extras. Em alguns casos a jornada de trabalho até ultrapassava, nesses casos o trabalhador entrava em acordo com a chefia. A flexibilidade quanto às horas extras, algumas vezes, eram respondidas por resistências por parte das trabalhadoras entrevistadas. Uma delas nos informou que relutava, algumas vezes, em fazer “serrão²⁵” em decorrência do cansaço durante o dia. Diferentemente da entrevistada que resistia em fazer hora extra, Tulipa 3 nos informou que sempre que necessário ficava até a hora que o calçado embarcasse²⁶, somando quase 15 horas de trabalho, diz Tulipa 3:

“Íamos 7 da manhã, retornávamos 1 da tarde e de lá a gente só saía 9 da noite. (nos dias de hora extra.) Eu já cheguei a ficar bem mais tarde.”. (SIC) (2019)

²⁵Serrão: segundo a entrevistada Tulipa 4 era o nome “apelidado” as horas extras pelos gaúchos; os gaúchos eram aqueles que ocupavam o cargo de chefia, vieram trabalhar na Bahia.

²⁶ A entrevistada nos explicou que o “embarcar o calçado” significava que a meta da empresa tinha sido alcançada, o número total de calçados projetado tinha sido confeccionado, logo seria despachado para entrega. O despacho que mencionamos acima, logo o calçado era colocado em caminhões para serem enviados ao comprador.

“Meu filho nasceu e aos 4 meses eu retornei a fábrica, e fazia serrão direto. Eu chegava meu filho tava dormindo, eu saía meu filho dormindo. Eu só via ele dormindo, raramente meio dia quando eu chegava, porque esse horário ele tava dormindo também. Eu nunca abri minha boca pra dizer “não vou fazer serrão.”. (SIC) (TULIPA 3, 2019)

Em entrevista Tulipa 3 nos afirmou que, nestes episódios, entrou em acordo com os superiores para que ficasse até o embarque do carregamento de sapatos, para “ajudar a empresa”. A mesma relatou que já chegou a trabalhar até às 00:00 horas, mesmo que tenha relatado o grau de exaustão em exercer o trabalho em consonância com as atividades que desempenhava em casa. O esgotamento físico também foi notado a partir das falas das outras entrevistadas, devido ao estresse e cansaço das trabalhadoras após as horas trabalhadas. Para além dessas questões relatavam também algumas medidas de controle do próprio trabalho que faziam com que as trabalhadoras ficassem mais desgastadas como alterar a velocidade da esteira, algo por sinal desumano e típico do ritmo produtivo fordista, como disse Tulipa 4.

“Quando eu via a esteira na velocidade rápida e eu estava atrasada me deixava muito estressada. Tinha algumas vezes que eu ficava atrasada e antes de terminar já chegava outra remessa, eles aumentavam a esteira.”. (SIC) (2019)

Tulipa 2 também falou de excesso de trabalho:

“As vezes quando trocava o LAYOT não precisava de tanta costureira me colocavam pra colocar a fivela, é o que bate com o martelo, esse exige muito esforço é um couro que você tem que fazer o vazador, eu me incomodava muito com o barulho e ficava com os braços doendo.”. (SIC) (TULIPA 2, 2019)

O relato de Tulipa 2, como visto acima, é terrível, pois ficar muitas horas batendo martelo e em um local com alto barulho é algo fisicamente e emocionalmente muito desgastante. A entrevistada nos disse que preferia desempenhar a função da costura por entender que seria menos danosa para si própria. Vejamos que existiram duas questões que atravessaram o cotidiano da Tulipa 2, relatado anteriormente, no caso da sua postura na cadeira como a prejudicou (fragmento destacado anteriormente). Percebemos assim que, mesmo com a troca de função, os trabalhos desempenhados eram ainda assim extremamente prejudiciais às trabalhadoras, mesmo que em circunstâncias diferentes.

A satisfação em relação do exercício do trabalho foi um dos um dos pontos questionados por meio da entrevista. Apenas uma das entrevistadas nos relatou que se mantivera satisfeita no cotidiano de sua profissão (uma em quatro). A tulipa 3 argumentou que era algo que “gostava de fazer”, portanto satisfatório. Relatou-nos ter realizado as operações, diferentemente das outras três, por grande parte do tempo sentada de maneira cômoda, o que para ela não causava tanto desgaste. Todavia, considerou que os movimentos repetitivos ao passar dos anos a fizeram adquirir doenças ocupacionais. Ou seja, o discurso dela terminou sendo contraditório e meio ambíguo, disse que tinha satisfação com o trabalho, mas também disse que adoeceu por causa do trabalho. Logo, considerava algo positivo, mas depois também dizia que o trabalho lhe causou um mal.

As outras três quando perguntadas, nos relataram que até certo período tiveram certo grau de satisfação no exercício do trabalho, e com o tempo as dores fizeram com que o trabalho se tornasse algo desgastante. Sinalizaram que o que mais fazia com que não se sentissem satisfeitas era a forma com que elas eram “tratadas”, como afirmaram Tulipa 1 e 2:

“Não me sentia satisfeita não, nem tanto pelo trabalho, mas sim pela maneira que os chefes tratavam a gente.”. (SIC) (TULIPA 1, 2019)

“Não, porque não era um trabalho motivador. Apesar de que tinham palestras que vinham alguém pra motivar, mas durante o percurso do trabalho era muita cobrança, você tinha que produzir com perfeição.”. (SIC) (TULIPA 2, 2019)

O grau de insatisfação, que constatamos por meio das análises, podem ser justificadas por base dos apontamentos feitos por Vanessa Serva Vazquez (2007). A autora descreve que o grau insatisfação é proporcionado por conta do trabalho, e é algo que tem gerado impacto no aparelho psíquico, ocasionando sofrimento de natureza mental em virtude da carga que psíquica negativa que carrega o “trabalho equilibrante”, transformando em um “trabalho fatigante”. O sofrimento se inicia quando o trabalho não se torna algo prazeroso ou satisfatório, reflete a experiência sensível de tensão ao trabalhador e trabalhadora ao não atender a demanda produtiva (VAZQUEZ, 2007, p. 64).

O descontentamento em não conseguir perceber o trabalho como algo “realizador” reflete no psíquico de forma muito profunda. Sabe-se que a mente humana busca mecanismos de organização psíquica para lidar com as excitações internas e externas (VAZQUEZ, 2007). Nesse movimento, procura-se um meio para lidar com essas excitações ou maneiras de externar o que está incomodando no nível mental e subjetivo, quando não consegue, o seu

acúmulo é transmutado na sensação de desprazer²⁷. O desprazer, neste sentido, tem feito com que a carga negativa proporcionada à trabalhadora culmine com o sofrimento mental, reforçado pelas condições de trabalho e convivência.

4.2 “Nervos a flor da pele”: condições de trabalho no setor calçadista

No bloco I do questionário que foi aplicado na pesquisa, que tratava dos processos de trabalho dentro da empresa de calçados, nos deu algumas considerações interessantes sobre as relações interpessoais no ambiente de trabalho, traçou também um pouco das experiências vividas pelas trabalhadoras em seu processo de trabalho. Do ponto de vistas das condições matérias não houve muitas indagações no que tange a insalubridade, riscos e entre outras questões, apesar das falas sobre produtos químicos usados no couro e do cheiro da cola. Apenas uma das entrevistadas apontou uma problemática quanto ao exercício de seu trabalho, fator que ocasionou seu adoecimento, segue abaixo um trecho da fala da entrevistada:

“O que eu posso dizer... assim... a cadeira que eu sentava pra desempenhar a função de costureira, não me comportava junto à máquina, porque eu era pequena e ficava muito na ponta da cadeira. Então isso forçava demais a coluna.”. (SIC) (TULIPA 2, 2019)

As relações que denotavam mais um clima de tensão, segundo as falas por entrevista, vieram da relação chefes e trabalhadoras operárias. Em diversos momentos conseguimos perceber nas falas das entrevistadas traços de abuso de poder no ambiente de trabalho vindo dos cargos de chefia em detrimento dos cargos subalternos. Isso foi visto também na fábrica calçadista em Ipirá-Bahia por Zilmar Alverita (2017). Conforme Zilmar Alverita (2017, p. 213) considera-se que as coerções existentes, ora ocasionadas por meio de perseguições de funcionários em cargo de comando com funcionários subalternos, podem ser feitas por formas mais amenas de ameaças, ou seja, a coerção vinha de forma velada e às vezes e usando por base o machismo e a violência de gênero. Os conflitos, em alguma medida, são estimulados pela divisão sexual do trabalho e o entorno das relações eram permeadas por abordagens e práticas reprodutoras de machismo como disse Tulipa 4:

“Já teve vezes que fiquei suja de menstruação porque eu pedi a alguém que me substituísse e eles demoraram para me pirraçar”. (SIC) (2019, grifo nosso).

²⁷ Vazquez, 2007.

Não era permitida a saída, mesmo ao banheiro, sem que houvesse outro trabalhador ou trabalhadora para substituição temporária da função. Através da fala registrada percebemos a violência ocasionada às trabalhadoras por parte dos chefes de setores. O abuso do poder por parte da chefia resulta na exposição, humilhação e constrangimento as mulheres trabalhadoras, o que configura assédio moral. E partindo pra o ponto de vista a satisfação no exercício do trabalho, logo compreendemos o porquê do relato de que “não gostavam de como eram tratadas.” Outro fator importante a ser mencionado foi registrado em entrevista, é o fato que o quadro de chefes na empresa era composto por maioria de homens, o que denota traços das posturas machistas, escancarado na fala acima.

Quando não veladas às práticas de assédio moral, trazem consigo formas gravíssimas de humilhação, a exemplo do relato acima. Para Silva (2017) o assédio moral pode ser entendido por prática de violência no ambiente de trabalho, reflete enquanto ação organizacional e gestão de trabalho, que estimula a competitividade entre trabalhadores. Já para Vazquez (2007) o assédio moral são experiências vivenciadas no labor a partir da organização flexível típico da racionalidade e está intrinsecamente ligada a competência do indivíduo (p. 14). As ameaças que coloquem em xeque o vínculo com a empresa garante que a trabalhadora desempenhe as funções sem questionar. Até mesmo quando, de alguma maneira, possa vir a prejudicar a si mesma. O risco eminente e reforçado cotidianamente de demissão, faz com que se submetam ao labor, pois o desemprego em nível de estrutura mantem um exército industrial (MARX, 2002) de reserva apto a trabalhar. Vejamos a fala de duas entrevistadas:

*“[...] expliquei que a semana pra mim tava pegada porque meu filho tava doente, aí ele chegou pra mim e falou que meu filho também dependia de lá. [...] fiquei chateada, porque ao decorrer daquele tempo todo eu nunca me neguei a fazer serrão, eu nunca questionei, eu nunca falei assim... a gente se chateia, porque no momento que eu mais precisei a pessoa chegou pra mim e falou. Várias outras pessoas, vários outros funcionários, se sentiam pressionados, porque às vezes tinha um pouquinho de **opressão**, porque se você não fizer, você tá sujeito a sair da empresa, entendeu? Lhe humilhava um pouquinho, chegava a lhe dizer... “**você precisa daqui se você não fizer você vai sair**”, a mim só foi essa única vez.” (SIC) (TULIPA 3, 2019, grifos nossos)*

*“[...] eu descobri que minha mãe estava com câncer e eu estava atrasando a operação, eu tinha furado meu dedo com a agulha. Eles me reclamaram pelo atraso. A auxiliar que veio me perguntar pelo atraso e eu perguntei a ela se não tinha a sensibilidade por tudo aquilo eu estava passando, **ela***

disse que ninguém tinha nada a ver com o que minha mãe estava passando". (SIC) (TULIPA 4, 2019, grifo nosso)

Ambos os fragmentos nos fizeram refletir quão cruel é o dia-a-dia da produção de calçados. A insensibilidade impregnada nas relações cotidianas, a negligência e a banalização dos sofrimentos, o que fica comprovado é que são características eminentes dos processos de trabalho, instrumentos de coerção e manipulação das trabalhadoras. Vimos que, pelos discursos, ao rememorar as violências sofridas, as Tulipas esboçaram tristeza e dor, ao ponto de se questionarem *“meu deus, às vezes eu me pergunto, por que eu fiquei tanto tempo assim?”* (SIC) (2019). Não nos resta dúvida de ter sido um ambiente extremamente violento, por tanto que foram coagidas e pressionadas através das ameaças.

Quando perguntadas se em algum momento perceberam atitudes que fossem semelhantes ou que entendessem como assédio sexual, as entrevistadas nos responderam que “não”, de primeiro momento, em seguida, recordaram-se de olhares e comentários de funcionários que estavam em cargo de chefia. Tratava-se de comentários como: “o chefe que dizia que viajava no meu andar, que eu era uma coroa enxuta.”. A entrevistada não identifica como assédio sexual, mas relata que a causou desconforto. O uso da frase “viajava no meu andar” demonstra nitidamente a hipersexualização do corpo feminino no contexto de trabalho, e nos conduz a refletir a existência de intuito para obtenção de vantagem, inclusive, sexuais. Ainda mais por se tratar de um agente em condição de cargo superior à entrevistada, fato esse, nos leva a hipótese de que se configure como assédio sexual.

A trabalhadora ao chegar a seu ambiente de trabalho, carrega consigo suas vivências e experiências, “[...] não é uma máquina, não se comporta como máquina, e não produz como tal, embora assim seja exigido” (VAZQUEZ, 2007, p.64). O que ocasiona ao trabalhador e trabalhadora, neste sentido, é uma cobrança excessiva, não atendida pelas suas limitações objetivas, neste estágio de desenvolvimento do capitalismo que requer respostas mais imediatistas. Torna o trabalho algo não “realizador” , ao contrário, passa a ser uma carga psíquica negativa para o trabalhador e trabalhadora, que cobra a todo momento e que sempre se apresenta como limitador, barreira ou como um elemento desencadeador de sofrimento e de corrosão de si²⁸. Como vemos no fragmento abaixo da fala de Tulipa 4, que entende sua saída da empresa como necessária pois o trabalho tinha ultrapassado os limites do seu próprio corpo:

²⁸Sobre isso ver: A Corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo de Richard Sennett.

“Já estava no meu limite, não aguentava mais, tinha duas opções ou eu saía ou eu me “alejada”, e eu pedi pra sair.”. (SIC) (TULIPA 4, grifo nosso).

Quando perguntada sobre o adoecimento físico a Tulipa 2 nos confiou dizer que, o trajeto feito, do seu domicílio de ir até o ambiente da fábrica, lhe trazia a memória angústia e sofrimento ainda hoje. Considera que mesmo depois de ter sido afastada por avaliação médica, não conseguia caminhar perto do local onde a empresa ficava situada, tampouco se comunicar com funcionários que estivessem inseridos na empresa, disse Tulipa 2.

“Era como um tormento, quando eu chegava na frente da fábrica eu já sentia aquele peso.”. (SIC) (TULIPA 2, grifo nosso)

Sobre se sentir deprimida ela complementa:

“Sim, a gente pensa que não, mas sim. Quando a gente acorda e diz assim: ai se eu pudesse eu não iria pra aquele trabalho, já tá vendo que aquele trabalho não tá fazendo bem pra você. Quantas vezes eu chorei? Várias vezes. Eu precisava daquele dinheiro, mas não queria mais me submeter a aquele serviço. A gente fica presa em olhar só pra um lugar e não consegue ver um horizonte, a gente fica muito fechada ali porque você precisa do salário.”. (SIC) (TULIPA 2, 2019)

Em resposta a questão dos acidentes de trabalho no ambiente de trabalho, tanto consigo mesmo, como presenciando com outras companheiras e companheiros de trabalho, percebemos que os acidentes mais recorrentes foram o corte dos dedos com agulha e alguns registros mais graves, como esses abaixo:

“Eu já presenciei, na lixa, a menina foi pegar alguma coisa na esteira, o avental dela ficou preso e ela teve uma parte do braço cortada, levou mais de 20 pontos, muito mais. Outro dia, outra colega ficou com o dedo imprensado, em uma máquina de lixar a palmilha também. [...] Essa teve que fazer fisioterapia por um tempo.”. (SIC) (TULIPA 4)

A Tulipa 4 alertou que, em alguns casos de acidentes “mais simples” não eram remuneradas as horas os dias que o trabalhador ou trabalhadora necessitou para se afastar, salvo alguns com atestado médico. Nessa perspectiva, o adoecimento foi negligenciado pela empresa produtora de calçados.

4.3 Trabalho, adoecimento e sofrimento mental entre as trabalhadoras do setor calçadista

O trabalho é o operador imprescindível na constituição do sujeito, intercessor entre o inconsciente e o campo social. Para Vazquez (2007), por base de estudos, entende que o trabalho laboral, principalmente em grandes centros empresariais e fábricas, tem se relacionado com sobrevivência, transformado em obrigação reiterada pela família, pelo Estado e pela escola (termina se tornando um imperativo). Em uma medida o trabalhador, desposuído do seu próprio corpo e desejo, vê-se obrigada a exercício do trabalho em virtude da manutenção da lógica capitalista (VAZQUEZ, 2007, p.63-64). Na ótica de Vazquez (2007) o trabalho é fruto do processo dialético de estranhamento para o sujeito, grifa que “[...] o sujeito estranha o que lhe é familiar, dado o caráter de alienação no âmbito do trabalho no capitalismo” (p. 13).

Neste estágio atual de desenvolvimento capitalista o que temos é um trabalho regido pela intensificação do trabalho em um grau muito maior que em outras épocas, o que tem sucedido cada vez mais processos como acidentes e adoecimento no trabalho (SILVA, 2017, p. 57). A partir dessa leitura reconhecemos que em alguns momentos das entrevistas, as mulheres colocaram a recorrência em auxílio médico era em virtude dos cuidados com saúde e que objetivavam a manutenção do labor.²⁹ A relação com trabalho e adoecimento se faz no sentido de que as trabalhadoras caminham mais para subsídios do trabalho do que para os cuidados consigo mesmo, pois o fato de não trabalhar lhes causara profundo incômodo, como relatou uma entrevistada:

“[...] No meu caso eu sempre trabalhei desde os meus 14 anos, você vim a ficar sem trabalhar vem a ser constrangedor, financeiramente, você se sente inútil.”. (SIC) (TULIPA 3)

Notamos que o adoecimento trouxe consigo um grande peso emocional para as mulheres trabalhadoras, faz com que se sintam deprimidas e constrangidas. A doença se configura enquanto uma impossibilidade para o exercício do trabalho e organização da esfera privada das suas vidas. Em alguns momentos das entrevistas, no dizer de Tulipa 3, “a doença veio a atrapalhar” o seu trabalho, interpretamos como culpabilização do próprio corpo por não

²⁹Indicamos ao leitor a leitura intitulada “Trabalho e suicídio: gesto de resistência final” de autoria da Dra. Luciene Campos, Raquel Alquatti, Stefany Rettore Garbin e Ismael Pereira, da Universidade de Caxias do Sul – UCS. O trabalho referido abarca um estudo de casos acerca do suicídio, ademais, quando se pensa em suicídio como algo individualizado, a investigação se faz em uma perspectiva mais ampliada, inclusive versa questões importantes quanto aos processos judiciais em relação ao ato de suicídio.

conseguir dar respostas que atendam as demandas impostas pelo trabalho. Isso ocorre também em partes pelo processo de dominação social imposto na sociedade e no trabalho. Antes de trazermos mais alguns registros das entrevistas é fundamental um debate sobre o que representa saúde.

Segre e Ferraz (1997) em pesquisa sobre o conceito de saúde utilizam o disposto pela Organização Mundial de Saúde, no qual o conceito de saúde não deve ser compreendido como a ausência de doenças, mas como o pleno bem-estar físico, mental e social. Há de se levar em consideração que o foco não será em “perfeição” em seu uso literal, principalmente se tratando de saúde coletiva a perfeição não é algo definível, existe um grau de relatividade, o que se ancora nos conceitos “externos” de avaliação (SEGRE, FERRAZ, 1997, p. 539). A saúde, aqui, deve ser entendida em sua amplitude, por mais carrega em si a complexidade no uso do seu termo.

No conteúdo das quatro entrevistas havia intercorrências na saúde das mulheres pesquisadas, mesmo que às vezes elas nem tenham tido a plena compreensão disso. As doenças adquiridas em decorrência do trabalho fizeram com que, cada uma delas, recorresse a outros meios que não fosse o ambiente da empresa para subsidiar a sua existência e de suas famílias. O que sucedeu no motivo da saída da fábrica, vejamos:

“Afastamento médico, hérnia na cervical, Síndrome do túnel do carpo³⁰ nos dois braços, penilosme nos ombros direito e esquerda.”. (SIC) (TULIPA 2).

“Olha, me expos (A RISCOS) porque de tanto ficar na parte de virado, me acarretou que com um certo tempo eu tive um problema de LER³¹ no punho e no ombros.”. (SIC) (TULIPA 3)

Percebemos através das entrevistas que a rotina diária das trabalhadoras foi fortemente comprometida em decorrência do estresse e do excesso de cobranças de produtividade. O bem-estar para dar segmento às atividades do cotidiano, em um dos casos, foi fortemente influenciado pela descoberta no início do adoecimento físico. A entrevistada sinaliza que o fato de não poder trabalhar mais no exercício da função fez com que ela se sentisse deprimida e tensa, o fato sucedeu no uso de medicamentos para conseguir dormir, diz a entrevistada:

³⁰ Neuropatia curável com diagnóstico precoce. Caracteriza-se por formigamentos e alterações das fibras nervosas. (KOUYOUMDJIAN, 1999, p. 505).

³¹ “O ministério da Previdência Social e Assistência Social entende as LER como afecções músculo esqueléticas relacionadas ao trabalho, e representam o principal grupo de danos à saúde dentre as doenças ocupacionais, responsáveis por afastamento do trabalho” (VAZQUEZ, 2007, p. 68).

“[...] Porque assim, eu não conseguia dormir, logo recorrente ao impacto, então eu tomei remédio pra dormir porque às vezes eu não conseguia dormir, devido à dor e como por tudo que “tava” acontecendo.”. (SIC) (TULIPA 3, 2019)

A mesma entrevistada quando perguntada se percebia interferências na sua saúde mental nos disse que não, apenas se sentia entristecida e nos confessou que quando perguntada o assunto lhe causara incômodo: *“Eu não gosto nem muito de falar isso, mas graças a Deus eu tenho minha vida ativa”.* (SIC). Para ela sua saúde mental não teve interferência alguma. Em alguns momentos presenciamos essa situação da entrevistada não ter feito ainda a devida reflexão sobre os fatos ocorridos. Pode-se perceber que algumas passaram a pensar mais sobre o que passaram a partir da entrevista realizada, ou seja, falta um trabalho de formação e de acompanhamento social e político dessas trabalhadoras até para perceberem que possuem direitos que foram e estão sendo ainda violados, já que mesmo após o ocorrido elas ainda possuem sequelas, em alguns casos, até o presente momento.

A perspectiva que nos debruçamos para falar sobre Saúde Mental, por sua vez, não significa apenas a ausência de perturbação mental, mas sim deve ser “[...] entendida como o produto de múltiplas e complexas interações, que incluem fatores biológicos, psicológicos e sociais” (ALVES, RODRIGUÊS, 2010, p.2). Por isso, as condições econômicas, estabilidade no emprego, processo formativo, afetividade e tudo que se refere à subjetividade humana e as relações humano-sociais, influem diretamente na Saúde Mental. As vivências, experiências, relações sociais como formas constituintes da matéria prima da sociabilidade humana, pode acarretar prejuízos à saúde física. Desta forma, quando consideramos as condições objetivas do ser humano, ou a falta de condições favoráveis para subsistir, logo percebemos o porquê desses fatores terem influem direta ou indiretamente na Saúde Mental, dentro de uma perspectiva mais ampliada do que se entende pelo conceito.

A complexidade do debate do que se refere saúde mental perdura acompanhado pelo estigma loucura, construído ao longo da história. Na Idade Média a loucura era vista como doença mais receada, depois de um longo tempo de grande temor a lepra (FOUCAULT, 1978, p. 12). Aqueles que eram mantidos como loucos perdiam o convívio social, por não atender as premissas e regramentos sociais. Eram mantidos isolados para não se misturar com pessoas de sensatez. Nesta época, os loucos eram colocados em casas de isolamentos juntamente a qualquer indivíduo que pactuasse irregularidades ao que era posto a sociedade, expressões

desumanas. Quando não, jogados em embarcações, despejados à deriva, devido ameaça eminente aos homens.

O debate acerca da saúde mental só começa a amadurecer com o passar dos anos, mais especificamente com advento da psiquiatria. Phillippe Pinel, considerado o fundador da psiquiatria (AMARANTE, 2007), traz uma nova proposta de tratamento para os "loucos". Este momento marca o surgimento dos hospícios, novo rumo, muito embora tenham se mantido superlotados, acompanhado por constantes denúncias sobre a forma de violência para com os internos, o que ocasionou queda no nível de aceitação. Tornava-se necessário organizar instituições denominadas colônias, em áreas agrícolas, para que os internos cultivassem plantações, seus familiares eram contratados pelas colônias mais protegidas para cuidar dos internos.

Durante o século XX expandiram as colônias brasileiras e o grande intérprete foi Juliano Moreira, psiquiatra baiano (AMARANTE, 2007), porém a prática do trabalho por ser repetitiva declinou, já que classificou e trouxe monotonia aos internos, mostrando-se iguais aos asilos tradicionais. Em consonância a esse episódio ocorreram as Guerras Mundiais, momento de desastre, desestruturação da humanidade, então a sociedade passa a refletir a questão da crueldade e a solidariedade entre os homens, analisando a forma de tratamento dos hospícios com os campos de concentração (forças armadas do exército), onde a maior parte eram pessoas jovens, relacionando as semelhanças das condições impostas a esses dois grupos. Então na segunda metade do século XX Franco Basaglia, psiquiatra italiano, iniciou uma crítica e transformava o saber do tratamento e das instituições psiquiátricas, o movimento começou na Itália e expandiu por todo mundo.

A lei Basaglia, como também ficou conhecida, determinou o fim dos hospitais psiquiátricos e possibilitou a abertura das condições legais para a construção de um novo cenário assistencial e político. A data da aprovação desta lei serviu de inspiração para que fosse instituído no Brasil o Dia Nacional da Luta Antimanicomial que, desde 1988, passou a ser comemorado no dia 18 do mesmo mês de maio (AMARANTE, 2007. p. 100).

No Brasil o movimento da luta Antimanicomial inicia nos anos 70 com a mobilização dos profissionais da saúde mental e dos próprios familiares de pacientes com transtornos mentais, inserindo no contexto de redemocratização do país e na mobilização político social, assim como a revisão proposta pelo Dep. Paulo Delgado impulsionando a reforma psiquiátrica brasileira. Em 2001 a Lei Federal 10. 216 (Presidência da República- Casa Civil) é aprovada e dispõe a proteção e os direitos de pessoas com transtornos mentais e redireciona

o modelo assistencial em saúde mental, trazendo direitos e garantias, proteção, bem como assegurando as obrigações do Estado quanto à assistência, desenvolvimento de políticas voltadas para a saúde mental e promoção da saúde, com articulação da família e sociedade, como consta no Art. 3º; originando-se a Política de Saúde Mental, que visa garantir o cuidado ao paciente, substituindo os hospitais psiquiátricos, antes de permanência, já que essa prática não obtinha melhorias, apenas fragilizava e isolava qualquer vínculo familiar e social.

O desenvolvimento da Política de Saúde Mental, no entanto, ainda não tem feito com que se rompam os estigmas que carregam. Do ponto de vista do amadurecimento histórico e limites que nos guie para um debate mais transversal do que se pretende com a política e o que se compreende por saúde mental, ainda há um longo caminho pela frente. Sobretudo, quando nos deparando com intersecções com outras questões também conflitantes, gênero, orientação sexual, raça e entre outros.

Há de reconhecer que, historicamente, as mulheres têm negligenciado suas dores mais profundas. As suas próprias dores não tem tido espaços para serem compreendidas no mais íntimo de sua consciência, pois não podem sequer demonstra-las. Acerca disso Bell Hocks (2010) considerou que as mulheres negras tenham mais resistência a entender suas dores, diz a autora: “Quando ignoramos nossas reais necessidades, a tendência é nos fragilizarmos, nos tornarmos vulneráveis e emocionalmente instáveis. As mulheres negras se esforçam muito para esconder essa situação” (HOCKS, 2010, p. 7).

A invisibilidade dada à saúde mental vista no fragmento acima, que pode ser constatada pelas falas das entrevistadas (apenas uma das entrevistadas identificou que seu psicológico se manteve abalado em decorrência do trabalho exercido na fábrica no ambiente) demonstra a relevância para que se busque caminhos de ser amplamente debatida. Em seguida relato da Tulipa 4 ao reconhecer os prejuízos a sua saúde mental e a Tulipa 3, mesmo sem entender como sofrimento mental, recorreu ao auxílio psicológico após ter adoecido, conforme podemos ver nas falas de duas entrevistadas:

*“Meu psicológico ficou abalado, eu tive depressiva por um tempo. [...] não posso ouvir barulho, sou muito estressada, quero fazer as coisas muito rápido. Não posso ficar no meio de muitas pessoas, fico atordoada quando tem muita gente. Quando eu saí da fábrica, eu ficava no meu psicológico com as cobranças dos horários. **Sabe um passarinho quando é libertado? Era como eu me sentia.**” (SIC) (TULIPA 4, 2019, grifo nosso).*

“Tive, logo no início, passei por uma psicóloga, logo no início da doença mesmo, logo quando eu descobri que tinha a doença e a síndrome de “turn

do carmo” eu recorri, o posto de saúde me encaminhou pra psicóloga, a mesmo pra entender tudo que eu estava passando. Tive algumas sessões.”. (SIC) (TULIPA 3, 2019).

Bell Hocks contextualiza, especificamente, de como muitos negros entendiam a capacidade de se conter emoções de forma positiva, faz referência, sobretudo, as mulheres negras (2010, p. 3). Neste sentido, afirmamos com veemência, que a proposta de trazer elementos que tratem especificamente sobre as repercussões na vida das trabalhadoras traz um posicionamento crítico e político perante as condições de trabalho as quais homens e, no nosso caso, mulheres estão expostas. Ao mesmo tempo, vemos por meio de alguns trechos, que as mulheres reconhecem que em alguns momentos específicos o ambiente propiciava incomodo para suas vidas. Para Hocks (2010, p.08) a arte e a prática de amar começam com nossa capacidade de nos conhecer e afirmar. A prática do amor, mencionada pela autora, reflete o cuidado consigo mesma, para as mulheres negras, sendo que esse cuidado passa também por se perceber em situação de sofrimento e de violação de direitos como no caso abordado em tela sobre o trabalho no setor calçadista. Portanto, seria necessário se reconhecer nesse processo e se afirmar para assim ter uma vida mais digna e livre.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem dúvida o compromisso assumido em fazer esse estudo foi um desafio. Tanto do ponto de vista do que ele representa para minha história, enquanto mulher negra e estudante, quanto como toca em um campo muito sutil das mulheres em geral e das mulheres quando pensadas como mulheres trabalhadoras – parte da classe trabalhadora. Ambos os aspectos foram extremamente valorosos, enquanto pesquisadora, pessoa, mulher. Entretanto, foi necessário dispor de um cuidado com as falas, no ato das entrevistas, e ao analisá-las, demarcando um compromisso ético ao abordar as questões que nos propomos.

Neste estudo tentamos expor conflitos, não somente as condições reais precárias do que se refere ao trabalho e não somente pondo em cena a fala das mulheres, mas destacamos o que os traços das experiências cotidianas das trabalhadoras implicam nas subjetividades das trabalhadoras. Também tentamos evidenciar o lugar que esse tipo de trabalho ocupa em uma cidade de pequeno porte no interior da Bahia. Ademais, o trabalho, enquanto categoria do ser social, como já dito, é operador das relações humanas, fator transformador da relação entre os indivíduos e que tem uma dimensão objetiva e subjetiva ao mesmo tempo, por isso também que o trabalho constitui, antes de tudo, um modo de vida e é, em grande medida, o próprio conteúdo do ser social. Ele assume em potencial a possibilidade de realização do homem – homens e mulheres-, em significar e ressignificar a sua existência, dar sentidos, razões, inclusive sentimentos (VAZQUEZ, 2007, p.13), bem como também pode ser motivos de sofrimento e corrosão de si.

A inquietação que estimulou esse trabalho foi justamente essa: entender a não realização material humana, objetiva ou subjetiva (dada às condições e limitações objetivas) o que provoca no indivíduo? Em outros termos, qual o impacto da violação de direitos na saúde mental das trabalhadoras em uma fábrica do setor calçadista? Essa questão foi possível de ser respondida através dos apontamentos que fizemos e, especialmente, pela fala das próprias trabalhadoras.

Evidenciamos que existem graves prejuízos ocasionados à saúde mental, sobretudo, no lugar ocupado pela mulher trabalhadora. Para isso traçou-se um trajeto, a nosso ver, necessário que trouxesse características do que representa o trabalho para as mulheres. A escolha pelo recorte de mulher trabalhadora se fez em questão da estrutura opressora que a atravessa, também compreendendo a divisão sexual do trabalho como forma de precarização do trabalho. Neste caminho, traçamos um perfil das trabalhadoras, e o analisamos dado as

características do cotidiano de trabalho, partindo do dizer das mulheres não mais inseridas nas fábricas de Amargosa (fato que justificamos no capítulo anterior).

O estudo partiu-se da premissa que, no desenvolvimento das sociedades de classes, o trabalho passa a assumir caráter coercitivo (a serviço da acumulação capitalista) mais que uma obrigação dos membros que a sociabilidade burguesa, o trabalho é extremamente controlado por agentes do capital e que objetiva, exclusivamente, a expansão do lucro capitalista. A dinâmica operante do modo de produção capitalista exerce a função de controle e vigilância os trabalhadores em consonância com exploração do corpo humano (LESSA, 2012) pela intensificação das jornadas de trabalho.

A degradação do corpo humano, neste estágio, já ultrapassa todos os limites humanos existentes e imagináveis, é condição dada nesse estágio de produção capitalista, jamais alcançada em outros tempos. Dessa forma, há a recusa ao entendimento de toda complexidade que se insere ao ser e o qualifica, define, caracteriza. Suas vivências, experiências, suas dores, seus desejos, são incansavelmente deslegitimados, suprimidos, inclusive, negados. A negligência as questões mais intrínsecas dos trabalhadores já pode ser chamada de violência, forma de precarização do trabalho.

Neste sentido, buscou-se elencar elementos no campo teórico à identificação de como as violações de direitos no trabalho feminino exercido interfere especificamente na saúde mental. Entendemos que além dos danos ao corpo, o sofrimento mental, por vezes esquecido, tem enorme influência do mundo do trabalho, demandando reflexões profundas a respeito. O que também foi comprovado a partir das falas das entrevistadas. Aqui se argumentou desde a precarização em nível de estrutural de um projeto que versa sobre o desmantelamento dos direitos, demarcando até o cotidiano das mulheres no exercício do trabalho que, respeitosamente, apelidamos de Tulipas.

O caminho, como nos disse Vazquez (2007), foi de investigamos o que de carga negativa ocasionará ao psíquico das trabalhadoras. Esse propósito foi alcançado através da nossa interpretação às falas das entrevistadas. Disto conclui-se que tantas outras chefas de família, mães e donas de casa, chegarão a suas respectivas casas com os “nervos à flor da pele” pelo trabalho exercido. Para nós, mais que isso, a violência ocasionada ao corpo, em certa medida, é igualmente danoso ao subjetivo dos trabalhadores e é, sobretudo, ainda mais perverso quando estamos falando de mulheres que possuem duplas jornadas e que são marcadas por estigmas e pré-conceitos, mesmo que para elas não se apresente dessa maneira ou não se entenda assim de forma imediata.

As trajetórias que retratamos aqui, portanto, identificam como as mazelas decorrentes do trabalho – trabalho precário -, como modificam toda a dinâmica da vida das trabalhadoras, ocasionando a *culpabilização das trabalhadoras* acerca dos seus próprios corpos, uma vez que não conseguem desempenhar as funções que lhes são requeridas e pensam, contraditoriamente, que isso é por falha sua.

Diante da metodologia proposta nessa pesquisa, através de quatro entrevistas qualitativas via coleta de dados, foi possível chegar em detalhes objetivos e subjetivos do trabalho. Assim, a pesquisa terminou por suscitar inúmeras inquietações que ficarão abertas para análises futuras. Porém, compreendemos esse estudo como embrionário, mas que conseguiu dar visibilidade para uma face do trabalho, no caso do adoecimento físico/mental e da violação de direitos das mulheres, que, por vezes, é invisibilizada e/ou negada, ou ainda colocada como um problema do indivíduo e não como uma consequência da relação social de trabalho precária e perversa marcada por formas aviltantes de pressão e controle. Ou seja, almejamos colocar os “nervos à flor da pele” em evidência na concretude do fenômeno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, A. A. M. RODRIGUES, N. F. R. **Determinantes sociais e econômicos da Saúde Mental.** Revista Portuguesa de Saúde Pública. v.28 n.2 Lisboa dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-90252010000200003> Acesso em: 02 de maio de 2019.

AMARANTE, P. **Saúde Mental e Atenção Psicossocial.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

ANDRADE, H. F. de. **DOS CALOS NAS MÃOS AOS SAPATOS NAS VITRINES: a precarização do trabalho em uma indústria de calçados no interior da Bahia.** Monografia de Graduação em Serviço Social. UFRB: Cachoeira, 2015.

ANTUNES, R. **ADEUS AO TRABALHO?** Ensaio sobre as Metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: 2008.

_____. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital.** São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. **Afinal, quem é a classe trabalhadora hoje?** Ano II – Número 3 – 2008. In: Revista da RET, Rede de Estudos do Trabalho. Disponível: <www.estudosdotrabalho.org>. Acesso em: 15 de março de 2019.

_____. **Os sentidos do trabalho:** Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2 Ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

ARAÚJO, A. M. C. **Trabalho, Precarização e Relações de Gênero em Tempos de Flexibilização e Reestruturação Produtiva.** Recife: Depto de Ciência Política. 2017.

Atraídas pelo Governo, fábricas de calçados geram 31 mil empregos diretos na Bahia: Disponível em: <<http://www.secom.ba.gov.br/2019/05/149118/Atraidas-pelo-Governo-fabricas-de-calcados-geram-31-mil-empregos-diretos-na-Bahia.html>>; Acesso em: 10 de março de 2019.

BOURDIEU, P. **A precariedade está hoje por toda parte.** In: _____. *Contrafogos*, Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1998, p.119-127.

CHAUI, M. **Convite à Filosofia.** São Paulo: Ática, 2000.

Consolidação das Leis do Trabalho (CLT): Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/civil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm>; Acesso em: 05 de junho de 2019.

DALAGASPERINA, P. MONTEIRO, J. K. **Preditores da síndrome de burnout em docentes do ensino privado.** Psico-USF, Bragança Paulista: 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pusf/v19n2/a09v19n2.pdf>>. Acesso em: 15 de março de 2019.

DAVIS, A. **Mulher, Raça e Classe.** Tradução Livre. Plataforma Gueto, 2013.

DELGADO, M. B. G. SOARES, V. **MOVIMENTO FEMINISTA: Paradigmas e desafios.** O Movimento de Mulheres na Transição Democrática. Estudos Comparativos sobre Movimentos Sociais no Chile, México e Brasil. Universidade de Hannover, Alemanha: 1993.

DUARTE, R. **Entrevistas em pesquisas qualitativas.** Editora UFPR: Curitiba, 2004.

DURÃES, B. JR. **Trabalhadores de Rua de Salvador: Precários nos cantos do século XIX para os encantos e desencantos do século XXI.** Dissertação de Mestrado em Sociologia. Unicamp: Campinas, 2006.

DRUCK

ENGELS, F. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem.** Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_fontes/acer_marx/tme_09.pdf>. Acesso em: 20 de janeiro de 2019.

Estudo mostra desigualdades de gênero e raça em 20 anos: Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29526:-estudo-mostra-desigualdades-de-genero-e-raca-no-brasil-em-20-anos&catid=10:disoc&directory=1>; Acesso em: 24 de maio de 2019.

FOUCAULT, M. **História da Loucura na Idade Clássica.** Editora Perspectiva: São Paulo, 1978.

FOUCAULT, M. **Pouvoir–corps, in "Quel Corps?"**. Tradução de José Thomaz Brum Duarte e Déborah Danowski, 1975.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes.** São Paulo: Dominus/Edusp, 1965.

GOUNET, T. Concorrência e estratégia de acumulação na indústria automobilística. In: **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel.** São Paulo: Boitempo, 1999, p. 13 – 53.
HARVEY, David. **A condição pós-moderna.** Tradução de Adail Sobral; Maria Gonçalves. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

HOOKS, B. Intelectuais Negras. Revista Estudos Feministas, V.3, nº 2, 1995, p. 454-478. In _____. **Vivendo de amor.** In: Geledes, 2010, s/p. Disponível em: <http://arquivo.geledes.org.br/areas-de-atuacao/questoes-de-genero/180-artigos-degenero/4799-vivendo-de-amor>. Acesso: 12 de março de 2019.

KOUYOUMDJIAN, J. A. **Síndrome do túnel do carpo: aspectos atuais.** Arq. Neuro-Psiquiatr., São Paulo, v. 57, n. 2B, p. 504-512, June 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0004-282X1999000300026&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 de março de 2019.

IAMAMOTO, M. V. **O Brasil das desigualdades: “questão social”, trabalho e relações sociais.** v.15, n. 33, p261-384, jul. / dez. 2013. Brasília.

LESSA, S. **Abaixo a família monogâmica.** São Paulo: Coletivo Veredas, 2012.

_____. **Para compreender a ontologia de Lucacks.** 4. ed Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

_____. **Serviço Social e trabalho:** porque o Serviço Social não é trabalho. 3. ed Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

LIMA, E. M. F. A. YASUI, S. **Territórios e sentidos: espaço, cultura, subjetividade e cuidado na atenção psicossocial.** SAÚDE DEBATE Rio de Janeiro, v. 38, N. 102, P. 593-606, 2014. Disponível: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042014000300593&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 de junho de 2019.

LOURENÇO, E. A. de S. **O mundo do trabalho adocece.** Ano II – Número 3 – 2008. In: Revista da RET, Rede de Estudos do Trabalho. Disponível: <www.estudosdotrabalho.org>. Acesso em: 15 de março de 2019.

LUKÁCS, G. **O trabalho.** Tradução Prof. Ivo Tonet (Universidade Federal de Alagoas), a partir do texto *Il Lavoro*, primeiro capítulo do segundo tomo de *Per una Ontologia dell'Essere Sociale*. 1971.

MARTINS, S. P. **Direito do trabalho** / Sergio Pinto Martins. - 28. ed. - São Paulo: Adas, 2012.

MARX, K. **A ideologia Alemã / Karl Marx e Friedrich Engels:** [introdução de Jacob Gorender] Tradução Luis Claudio de Castro e Costa. – Martins Fonte, São Paulo: 2001.

MARX, K. A mercadoria. **O Capital:** Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2002.

NOGUEIRA, Z. **ESTADO: QUEM PRECISA DELE?** Maceió: Coletivo Veredas, 2017.

O lado sombrio do trabalho para aplicativos – e como é pior para mulheres: Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/carreira/o-lado-sombrio-do-trabalho-para-aplicativos-e-como-e-pior-para-mulheres>>; Acesso em: 24 de maio de 2019.

OLIVEIRA, C. de. **Crítica a razão dualista:** O ornitorrinco. Boitempo. São Paulo: 2003.

PRADO, C. Jr. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia** / Caio Prado Jr.; entrevista Fernando Novais; posfácio Bernardo Ricupero. — São Paulo: Companhia das Letras, 11.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo horizonte: Feminismos Plurais.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência.** 2 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

SAVIANI, D. **Perspectiva marxiana do problema subjetividade intersubjetividade.** In: Duarte, N. (Org.). Crítica ao fetichismo da individualidade. (pp. 21-52). Campinas: 2004.

SEGRE, M. FERRAZ, F. C. **O conceito de saúde.** Rev. Saúde Pública: 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v31n5/2334.pdf>> Acesso em: 10 de maio de 2019.

SILVA, I. A. **Você gosta desgostando: O trabalho polivalente e precário das chefias na indústria calçadista toyotizada em Ipirá-Ba.**

SOARES, V. **Movimento Feminista Paradigmas e desafios.** Revista Estudos Feministas, Florianópolis, p. 11, jan. 1994. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16089/14633>>. Acesso em: 27 mai. 2019.

SOUZA, J. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato** / Jessé Souza. - Rio de Janeiro: Leya, 2017.

VAZQUEZ, P. S. VAZQUEZ, V. S. **Gênero, trabalho e saúde: A experiência das mulheres do setor calçadista da Bahia.** Fast Design: Salvador, 2007.

VINUTO, J. **A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto.** Campinas: Temáticas, 2014.

What is forced labour, modern slavery and human trafficking: Disponível em: <<https://www.ilo.org/global/topics/forced-labour/definition/lang--en/index.htm>>; Acesso em: 14 de abril de 2019.

APÊNDICE I – Roteiro de Entrevista

Identificação da entrevistada/Perfil:

NOME: _____ TELEFONE: _____

IDADE: _____ COR/ETNIA: _____

ESCOLARIDADE:

() Nunca frequentou escola

() 1º Grau Incompleto; () 1º Grau Completo; () 2º Grau Incompleto;

() 2º Grau Completo; () Superior Incompleto; () Superior Completo.

NATURALIDADE:

Mora onde hoje? _____

A casa onde você mora é mantida por quem? _____

Estado Civil: _____

Filhos? Quantos? _____

Qual sua profissão? _____

Seus pais trabalham ou trabalhavam com o que? _____

Qual a escolaridade de seus pais? _____

Bloco I-

Questões sobre o processo de trabalho, condições de trabalho, acidentes, tempo de serviço e saída:

1. Porque você começou a trabalhar na fábrica?
2. Por quanto tempo teve um vínculo empregatício na fábrica?
3. Qual era sua função na fábrica?
4. Qual era seu salário?
5. Qual tempo esteve nesta função?
6. Quantas horas de trabalho por dia?
7. Sentia-se satisfeita com seu trabalho? Por quê?
8. Quais suas responsabilidades no processo de seu trabalho?
9. Como era o dia a dia do trabalho?
10. Você achava cansativo trabalhar na fábrica e trabalhar nas atividades domésticas ainda em sua casa? Sim/não – explique.
11. O trabalho chegou a lhe expor a riscos? Quais?

12. Sofreu acidentes no trabalho? Quais?
13. Presenciou acidentes no ambiente de trabalho? Se sim, quais? E quais acidentes eram mais recorrentes?
14. Como era a convivência com os outros funcionários na fábrica?
15. Como era a convivência com funcionários de cargo de chefia?
16. Há quanto tempo saiu da fábrica?
17. Qual motivo levou sua saída?

Bloco II-

Questões sobre o adoecimento:

18. Passou ou ainda passa por algum adoecimento físico em decorrência do trabalho?
19. Passou ou ainda passa por algum adoecimento mental em decorrência do trabalho?
20. Enquanto esteve trabalhando, recorreu a auxílio médico por conta do trabalho? Por quê?
21. Enquanto esteve trabalhando, recorreu a auxílio psicológico? Por quê?
22. Recorreu a uso de medicamentos para dores e/ou estresse enquanto esteve na fábrica?
23. Sua saúde impossibilitou que você trabalhasse enquanto esteve na fábrica?
24. Sua saúde impossibilitou que trabalhasse depois da fábrica?
25. De modo geral como você avalia sua saúde hoje?
26. De que modo você avalia sua saúde mental hoje?
27. Recorreu Auxílio-doença (BPC) depois que saiu da fábrica?

Bloco III-

Questões subjetivas sobre o estado emocional:

28. Sentiu-se estressada em algum momento no seu trabalho? Se sim, gostaria de descrever?
29. Sentiu-se pressionada em algum momento no seu trabalho? Se sim, gostaria de descrever?
30. Sentiu-se cansada decorrente a sua jornada de trabalho?
31. Sentiu-se sobrecarregada em algum momento no seu trabalho?
32. Sentiu-se deprimida por conta do seu trabalho?
33. Sentiu-se ameaçada em algum momento no seu trabalho? Se sim, gostaria de descrever?
34. Sentiu-se assediada moralmente em algum momento no seu trabalho? Se sim, gostaria de descrever?

35. Sentiu-se assediada sexualmente em algum momento no seu trabalho? Se sim, gostaria de descrever?

Bloco IV-

Questões posteriores ao trabalho na Fábrica:

36. Você acha que seu trabalho na fábrica foi algo positivo ou negativo para você?
Explique.
37. Quando saiu da indústria procurou outro emprego?
38. Qual o nível de facilidade para se inserir em um novo emprego depois de sua saída?
39. Quais repercussões você percebe na sua vida apos saída tempo de serviço na fabrica?
40. Voltaria a trabalhar na indústria? Se sim ou não por que.
41. Sente interferências na sua saúde mental e física depois de sua saída? De que maneira?
42. Tem mais alguma coisa que você deseja falar sobre o trabalho na fábrica ou sobre sua vida fora da fábrica hoje?